



AZ@BXL

Número: 280 Data: 2023.07.14

No título: [Casa do Parque de São Jorge](#)

Nota: A [série](#) em questão pretende explorar os centros ambientais nos Açores em toda a sua extensão (19 no total). A décima segunda edição continua a transportar-nos até à ilha de São Jorge. Desta feita, chegamos à Casa do Parque de São Jorge. A Casa do Parque de São Jorge foi instalada no edifício da antiga Escola Primária do Norte Grande e pretende dar a conhecer aos visitantes as diferentes valências do Parque Natural.

Possui uma exposição permanente denominada “Tesouros do Parque”, composta por um mapa da ilha com informação das suas diferentes áreas protegidas classificadas pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e por diversos suportes com informação sobre o Parque Natural, incluindo temas como a geologia, biodiversidade e património. Na sala principal, encontrará um espaço infantil equipado com jogos didáticos relativos aos Açores e à sensibilização ambiental. Poderá também desfrutar da área multimédia que lhe fornece informações sobre os Sítios Ramsar e sons da natureza, assim como, uma exposição de fotografias das Áreas Protegidas de São Jorge da autoria de Paulo Henrique Silva. Termine a sua visita no auditório, visualizando diversos documentários sobre a baleação e as fajãs de São Jorge.

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

Destaques



[“Revisão da Política de Transformação da Produção: A internacionalização dos Açores”, estudo da OCDE](#)

[UE e Nova Zelândia assinam acordo de comércio livre](#)

[Restauração da natureza: Parlamento Europeu adota posição para negociar com o Conselho](#)

[Comissão adota procedimentos de infração de julho – Portugal recebe três cartas de notificação e um parecer fundamentado](#)

[Fundo de Inovação: UE investe 3,6 mil milhões das receitas do comércio de licenças de emissão em projetos de tecnologias limpas](#)

[Rumo à próxima transição tecnológica: apresentada estratégia da UE para liderar transição para a Web 4.0 e os mundos virtuais](#)

[População da UE volta a aumentar após dois anos de diminuição](#)



17 de julho



Combater a pobreza energética para uma transição justa

O Comité Económico e Social Europeu organiza, em Bruxelas, a terceira edição da sua [conferência sobre a pobreza energética](#). Esta iniciativa surge na sequência das conferências do CESE de 2021 e 2022 sobre este importante tema. A conferência, organizada sob os auspícios da Presidência espanhola do Conselho da UE, centrar-se-á na forma de combater a pobreza energética num contexto de crise energética sem precedentes, agravada pela guerra na Ucrânia, que agravou a situação dos cidadãos vulneráveis em risco de pobreza energética.

A conferência pretende analisar as medidas atuais e fazer o balanço das recomendações das conferências anteriores, com o objetivo de desenvolver recomendações para o futuro. Pretende igualmente contribuir para o reforço do diálogo e da cooperação entre as organizações da sociedade e os diferentes níveis de governação.



Comité das Regiões Europeu

Consulta das partes interessadas sobre as políticas culturais nas zonas rurais

O Comité das Regiões Europeu está a elaborar um parecer sobre a "Promoção das políticas culturais nas zonas rurais no âmbito das estratégias de desenvolvimento e coesão territorial e da Agenda 2030". Todas as informações, assim como a respetiva inscrição, poderão ser acedidas [aqui](#).

17 e 18 de julho



Cimeira UE-CELAC

A 3.ª Cimeira entre a União Europeia e a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) irá ter lugar em Bruxelas. Mais informações [aqui](#).

20 de julho



O papel fundamental dos governos subnacionais na implementação do Quadro Global para a Biodiversidade

A fim de manter a dinâmica das realizações dos governos subnacionais e dos municípios antes e durante a COP15 da Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica (CDB), o Centro de Biodiversidade das Cidades do ICLEI e os parceiros Programa das Nações Unidas para o Ambiente, Secretariado da Convenção sobre a Diversidade Biológica, União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), Comité das Regiões Europeu (CoR) e *Regions4* convidam os participantes a assistir à série de webinários intitulada "[Do acordo à ação: o papel fundamental dos governos subnacionais na aplicação do Quadro Global para a Biodiversidade](#)".

A série é composta por 5 sessões temáticas que ligam as decisões às ações que os governos subnacionais e as cidades podem empreender para atingir estes objetivos. Cada sessão em linha incluirá apresentações inspiradoras e informativas e painéis de discussão com especialistas e líderes políticos. Os webinários permitem a partilha de ferramentas, recursos e/ou melhores práticas.

Até 21 de julho



Política de Coesão da UE: convite para jornalistas

Se for jornalista ou criador de conteúdos que trabalha numa região da UE e se estiver interessado em saber mais sobre a política de coesão, fundos e políticas da UE, está [convidado a candidatar-se ao programa de estudos #EUinMyRegion Media Trips](#). O convite está aberto a todos os jornalistas locais e regionais até 21 de julho de 2023, às 17:00 CEST.

O programa inclui sessões de formação em linha e uma visita de estudo a Bruxelas. Ficarà a conhecer as instituições da UE, as suas estruturas e procedimentos, o impacto da política de coesão nas regiões e nos seus cidadãos - da transição ecológica e digital à resiliência social. Terá também a oportunidade de se encontrar com peritos nacionais da Comissão, visitar projetos financiados pela UE e aprender a utilizar as ferramentas de dados da Comissão. Após o programa, terá uma melhor compreensão das políticas da UE e da política de coesão em particular. Terá estabelecido contactos com colegas jornalistas de outros países e regiões e contribuído, através das suas reportagens, para o desenvolvimento do projeto europeu.

A primeira viagem de estudo a Bruxelas terá lugar no início de setembro de 2023 e estão previstas sete outras viagens entre outubro de 2023 e maio de 2024. Cada viagem de estudo está aberta a 40 jornalistas e criadores de conteúdos de todos os Estados-Membros. A Comissão cobrirá as despesas de deslocação e alojamento dos participantes no programa.

Até 22 de julho



Luta contra a corrupção na UE - regras atualizadas

O atual quadro jurídico da UE em matéria de luta contra a corrupção encontra-se desatualizado e incompleto. Esta atualização tornará as regras da UE mais adequadas à sua finalidade, ao incorporar a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), entre outros melhoramentos.

O objetivo é assegurar que todas as formas de corrupção sejam criminalizadas em todos os países da UE, que as pessoas coletivas também possam ser responsabilizadas por essas infrações, e que estejam previstas sanções efetivas, proporcionadas e dissuasivas para essas infrações. Comentários sobre a proposta de diretiva [aqui](#).

Até 31 de julho



Prémio de Jornalismo Daphne Caruana Galizia — convite à apresentação de candidaturas

O Parlamento Europeu [lançou](#) oficialmente o convite à apresentação de candidaturas ao Prémio de Jornalismo Daphne Caruana Galizia. O Prémio recompensa anualmente o jornalismo de excelência que promova ou defenda os princípios e valores fundamentais da União Europeia, tais como a dignidade humana, a liberdade, a democracia, a igualdade, o Estado de direito e os direitos humanos.

O Prémio está aberto a jornalistas profissionais e equipas de jornalistas profissionais de qualquer nacionalidade, que devem submeter peças aprofundadas que tenham sido publicadas ou transmitidas por meios de comunicação social sediados num dos

27 Estados-Membros da União Europeia. O objetivo é apoiar e destacar a importância do jornalismo profissional na salvaguarda da liberdade e da igualdade. Os jornalistas podem submeter os seus trabalhos através do [site](#) até 31 de julho de 2023, às 12h00 (hora de Bruxelas).

Produtos químicos perigosos — Proibição da produção para exportação de produtos químicos proibidos na União Europeia

A iniciativa legislativa visa introduzir um mecanismo de proibição da produção e/ou exportação de determinados produtos químicos perigosos que estão proibidos na UE, a fim de proteger os países terceiros dos efeitos negativos desses produtos na saúde humana e no ambiente. A iniciativa alinhará ainda as políticas interna e externa da União Europeia e melhorará a posição internacional da UE, reforçando a credibilidade das ações por esta empreendidas e dando cumprimento a um compromisso que a UE assumiu na sua Estratégia para a Sustentabilidade dos Produtos Químicos. A consulta pública será encerrada a 31 de julho. Carregamento de contributos [aqui](#).

Até 2 de agosto

Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027 — avaliação intercalar

A Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027 visa: incentivar os jovens a participar na vida democrática; apoiar a participação social e cívica; garantir que todos os jovens dispõem dos recursos de que necessitam para desempenhar um papel ativo na sociedade. O objetivo desta iniciativa é avaliar a eficácia e o desempenho globais, a eficiência, a pertinência, a coerência e o valor acrescentado europeu da estratégia. Esta avaliação servirá de base para a revisão intercalar da estratégia pelo Conselho da UE. Contributos podem ser carregados [aqui](#).

Até 4 de agosto

Consulta pública sobre o balanço de qualidade da aplicação do princípio do poluidor-pagador ao ambiente

O princípio do poluidor-pagador [deve](#) ser aplicado nas políticas ambientais da UE, tal como estabelecido no artigo 191.º, n.º 2, da versão consolidada do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. O princípio do poluidor-pagador exige que os poluidores paguem as medidas que tomam para pôr termo à poluição e pela poluição que provocam. A aplicação do princípio constitui um incentivo para evitar danos ambientais na fonte e responsabiliza os poluidores.

O objetivo da presente consulta pública é recolher os pontos de vista das partes interessadas — juntamente com quaisquer elementos que possam fornecer — sobre a aplicação do princípio do poluidor-pagador na UE, o que está a funcionar bem e não tão bem e o valor acrescentado da UE na sua aplicação. Respostas [aqui](#).

Até 28 de agosto

Votação para o Prémio Escolha do Público 2023 - Prémios Europeus do Património Cultural / Prémios Europa Nostra 2023

O vencedor do Prémio Escolha do Público, a ser selecionado de entre os projetos vencedores deste ano dos Prémios Europeus do Património Cultural / Prémios Europa Nostra 2023, e com direito a receber 10 mil euros cada, será decidido através da [votação em linha](#). Mais informações sobre os vencedores dos prémios podem ser consultadas [aqui](#)

30 de agosto a 2 de setembro

Summer CEmp 2023

A edição deste ano do [Summer CEmp](#), a escola de verão da Representação da Comissão Europeia em Portugal, [terá](#) lugar em Ponte da Barca, no distrito de Viana do Castelo, entre os dias 30 de agosto e 2 de setembro, com o apoio da [Câmara Municipal de Ponte da Barca](#) e com a colaboração do centro [Europe Direct Minho](#). O *Summer CEmp* tem um carácter itinerante e coloca no centro do debate sobre o futuro da União Europeia a história, as oportunidades e os desafios concretos das comunidades anfitriãs nas várias regiões do país. As anteriores edições aconteceram em Monsanto (2017), Marvão (2018), Monsaraz (2019), Alcoutim (2021) e Ribeira Grande, Açores (2022). Mais informações na [página dedicada PT](#) e acompanhe com o #SummerCEmp nas contas das redes sociais da Representação da Comissão Europeia em Portugal – [Instagram](#), [Twitter](#), [Facebook](#).

Até 31 de agosto



Consulta pública sobre possibilidades de pesca para 2024

Os Estados-Membros, os conselhos consultivos, o setor das pescas, as organizações não governamentais e os cidadãos interessados são **incentivados a partilhar as suas perspetivas sobre o ponto da situação e as futuras orientações das possibilidades de pesca para 2024**. São convidados a exprimir os seus pontos de vista até 31 de agosto no âmbito da [consulta pública em linha](#).

Até 8 de setembro



Prémio Apícola Europeu de 2023

Estão abertas as candidaturas ao Prémio Apícola Europeu de 2023. Existem três categorias em concurso, sendo que os incentivos financeiros poderão chegar aos 4 mil euros. Mais informações sobre o processo de candidatura [aqui](#).

Até 13 de setembro



Bolsas de pós-doutoramento MSCA: mais de 260 milhões de euros para investigadores individuais

A Comissão Europeia [lançou](#) um novo convite à apresentação de propostas para 2023 [bolsas de pós-doutoramento](#) no âmbito das Ações Marie Skłodowska-Curie (MSCA). Com um orçamento de 260,5 milhões de EUR, estas subvenções reforçarão o potencial criativo e inovador dos investigadores titulares de um doutoramento que pretendam adquirir novas competências através de formação avançada e mobilidade internacional, interdisciplinar e intersectorial.

O convite permitirá igualmente a organizações de todo o mundo atrair investigadores talentosos, incluindo universidades de topo, centros de investigação, organizações públicas e privadas e médias empresas. O convite à apresentação de propostas terminará em 13 de setembro de 2023 e deverá financiar mais de 1,2 mil projetos.

Até 19 de setembro



Terceiro convite à apresentação de projetos de pequena escala no âmbito do Fundo de Inovação

A Comissão Europeia lançou o [terceiro convite à apresentação de projetos de pequena escala](#) no âmbito do [Fundo de Inovação](#), um dos maiores programas de financiamento a nível mundial para a implantação de tecnologias hipocarbónicas inovadoras.

O novo convite à apresentação de projetos disponibilizará 100 milhões de euros em subvenções a favor de projetos de pequena escala com uma despesa de capital situada entre 2,5 e 7,5 milhões de euros nos domínios das energias renováveis, da descarbonização das indústrias com utilização intensiva de energia, do armazenamento de energia e da captura, utilização e armazenamento de carbono.

23 a 30 de setembro



Semana Europeia do Desporto 2023

A iniciativa incentiva os cidadãos europeus a "#BeActive", não só durante a Semana, mas também a manterem-se em forma durante todo o ano. O desporto e a atividade física contribuem para o nosso bem-estar físico e mental. A falta de atividade física não só tem um impacto negativo na sociedade e na saúde das pessoas, como também resulta em custos económicos. Além disso, o desporto tem o potencial de reforçar as mensagens de tolerância e a cidadania em toda a Europa. A promoção do papel do desporto como meio de inclusão social ajudará a enfrentar os desafios atuais da sociedade europeia.

Apesar do crescente número de estudos que salientam a importância do desporto para a manutenção do nosso bem-estar e para a construção de uma sociedade inclusiva e economicamente dinâmica, os níveis de atividade física estão atualmente a estagnar, ou mesmo a diminuir, em alguns Estados-Membros. A Semana Europeia do Desporto tem por objetivo responder a este desafio.

A Semana Europeia do Desporto promove a participação no desporto e na atividade física e visa sensibilizar para os inúmeros benefícios de ambos. A Semana destina-se a todos - independentemente da idade, origem ou nível de aptidão física - e ajuda os indivíduos, as autoridades públicas, o movimento desportivo, as organizações da sociedade civil e o sector privado a colaborar no domínio do desporto. Esta iniciativa liderada pela Comissão é largamente descentralizada e realiza-se em toda a Europa. A Semana envolve uma estreita colaboração com os coordenadores nacionais e muitos parceiros diferentes que estão firmemente empenhados em apoiar os seus objetivos. Demais informações [aqui](#).

Até 25 de setembro

Consulta pública sobre o POSEI

Esta iniciativa [avaliará](#) a aplicação de regimes de apoio específicos da UE à agricultura no período de programação de 2014-2020. Os referidos regimes apoiam as regiões ultraperiféricas e as ilhas menores do mar Egeu da UE (regime POSEI e regime das ilhas menores do mar Egeu). Ambos os regimes partilham a mesma abordagem em termos de objetivos, estrutura e gestão financeira. Comentários podem ser carregados até ao dia 25 de setembro.

Até 26 de setembro



Programa Europa Digital – 122 milhões de euros em tecnologias e competências digitais

Dos 122 milhões de euros, 31 milhões apoiarão projetos no domínio dos dados, com investimentos no projeto [Genoma Europa](#) para a criação duma base de dados europeia de referência sobre o genoma, que promoverá avanços radicais na investigação, inovação, prevenção de doenças e prestação de cuidados de saúde. 25 milhões de euros serão dedicados às infraestruturas e serviços de computação periférica e em nuvem da próxima geração. 18 milhões serão dedicados à inteligência artificial e 16 milhões à promoção de competências digitais avançadas. O prazo para a apresentação de candidaturas é 26 de setembro de 2023 e as informações relativas às candidaturas estão [disponíveis em linha](#). Outros convites à apresentação de propostas no âmbito do programa de trabalho para 2023-2024 serão publicados no final de maio e ao longo do corrente ano. O programa de trabalho para 2023-2024 dispõe de um orçamento total de 909,5 milhões de euros, dos quais 392 milhões serão afetados a ações em 2023

Até 27 de setembro



Novo Prémio Europeu para Mulheres Inovadoras

O Prémio Europeu para Mulheres Inovadoras pretende mostrar o papel central que as mulheres podem (e devem) desempenhar na criação de uma nova Europa mais sustentável, e inspirará pessoas de todas as idades a juntarem-se à nova visão que o EIC e o EIT estão a construir sobre as mulheres como líderes tecnológicos e climáticos. O prémio máximo será de 100 mil euros. Candidaturas e restantes informações [aqui](#).

27 a 30 de setembro



Cimeira do 60º aniversário do *Europa Nostra*

A escolha de Veneza como cidade anfitriã da Cimeira Europeia do Património Cultural representa, por si só, um símbolo duma Europa baseada em valores e orientada para a cultura. Mais informações relativas à cimeira [aqui](#).

Até 28 de setembro



Prémios Desportivos da UE #BeInclusive 2023

A Comissão Europeia lançou o [convite à apresentação de candidaturas](#) para os [Prémios Desportivos da UE #BeInclusive de 2023](#), para celebrar o papel do desporto na promoção dos valores europeus e da paz. Os prémios reconhecem as organizações que utilizam o desporto para melhorar a inclusão social de grupos desfavorecidos, incluindo minorias étnicas, refugiados, pessoas com deficiência, grupos de jovens em risco ou outros grupos que enfrentam circunstâncias sociais difíceis.

Os prémios deste ano abrangem as três categorias seguintes: "quebrar barreiras", "promover a igualdade de género no desporto" e "desporto para a paz". Os três vencedores (um em cada categoria) serão anunciados na cerimónia anual dos prémios #BeInclusive em 2024 e receberão um prémio de 10 mil euros cada. Os outros finalistas de cada categoria receberão um prémio de 2 500 euros cada.

Até 29 de setembro



Prémio Europeu Natura 2000 | Edição 2024

O Prémio Europeu Natura 2000 [visa](#) promover a importância da [Rede Natura 2000](#) e a proteção da biodiversidade, em toda a Europa. A iniciativa pretende também mostrar o valor acrescentado desta Rede para as economias locais. As candidaturas para

a edição 2024 decorrem até 29 de setembro de 2023, estando o concurso organizado em cinco [categorias](#): Conservação na terra; Conservação marinha; Comunicação; Trabalhar juntos pela natureza; Cooperação transfronteiriça.

Qualquer cidadão ou organização da União Europeia envolvidos num projeto de conservação no âmbito da Rede Natura 2000 pode candidatar-se. A iniciativa integra também a atribuição do "Prémio dos Cidadãos" ao finalista favorito de acordo com votação pública *online*. A cerimónia de entrega do Prémio Europeu Natura 2000 realiza-se anualmente, em Bruxelas, no Dia Europeu da Rede Natura 2000, a 21 de maio.

Até 5 de outubro



Política de Coesão da UE: convite à apresentação de projetos de inovação urbana no valor de 120 milhões de euros

A política de coesão da UE ajuda a inovar as nossas cidades. A [Iniciativa Urbana Europeia](#) (IUE) [lançou](#) um segundo convite à apresentação de propostas no valor de 120 milhões de euros para projetos inovadores que desenvolvam e testem novas soluções para enfrentar os atuais desafios urbanos.

O convite premiará projetos que desencadeiem uma verdadeira transformação nas cidades, gerem investimentos e inspirem outros. O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) financiará 80% do custo dos projetos selecionados. Cada projeto pode receber até 5 milhões de euros. Parte deste financiamento apoiará a transferência de soluções inovadoras para outras cidades da Europa, a fim de garantir um impacto ainda maior, especialmente nas cidades e regiões que mais necessitam de uma transformação urbana sustentável. Para tal, as autoridades urbanas apoiadas estabelecerão parcerias de transferência com três outras cidades para reproduzir os projetos.

O convite está aberto a todas as cidades da UE, individualmente ou em grupo. Os candidatos interessados são convidados a inscrever-se nos seminários de informação e noutras reuniões previstas para as próximas semanas. Os pormenores estarão disponíveis no *sítio Web* da EUI. O prazo para apresentação de candidaturas é 5 de outubro de 2023.

12 de outubro



Conferência "Instrumentos Financeiros de Nova Geração para a Agricultura e Desenvolvimento Rural"

A Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural da Comissão Europeia (DG AGRI) e o Banco Europeu de Investimento (BEI) [organizam](#) a 9.ª conferência anual da UE sobre os instrumentos financeiros do FEADER, intitulada "Instrumentos financeiros de nova geração para a agricultura e desenvolvimento rural", na quinta-feira, 12 de outubro de 2023, das 9h20 às 16h30, em Bruxelas.

A conferência será aberta por Janusz Wojciechowski, comissário europeu para a Agricultura e o Desenvolvimento Rural, e pelo vice-presidente do BEI. Ao longo do dia, os peritos da Comissão Europeia e do Grupo do Banco Europeu de Investimento partilharão os resultados do mais recente inquérito *fi-compass* relativo ao ano de 2023 sobre as necessidades de financiamento e as condições de acesso ao crédito dos agricultores e das empresas agroalimentares na UE, e definirão o atual contexto político. Além disso, os especialistas apresentarão os serviços de empréstimo e aconselhamento oferecidos pelo Grupo BEI para apoiar a transição ecológica e digital.

A conferência contará com oradores da Croácia, Irlanda, Grécia e Espanha, que apresentarão exemplos de instrumentos financeiros nacionais e do FEADER que apoiam a agricultura, partilhando as suas experiências, recomendações e lições aprendidas. A conferência destina-se às autoridades de gestão, peritos, representantes associativos agrícolas, funcionários do Grupo do Banco Europeu de Investimento e da Comissão Europeia interessados nos instrumentos financeiros do FEADER. O [prazo-limite para as inscrições termina a 6 de outubro](#).

13 de outubro



AgriJovem 2023

A Representação da Comissão Europeia em Portugal [organiza](#), no dia 13 de outubro de 2023, em Lisboa, uma iniciativa dirigida a jovens estudantes com aspirações a desenvolverem uma atividade profissional no setor agrícola em Portugal. As candidaturas estão abertas a partir de hoje e até ao fim de julho de 2023. Com a colaboração da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGAR) - Rede Rural Nacional e o apoio do Instituto Superior de Agronomia, a Comissão Europeia convida um grupo de 40 estudantes do ensino superior em Portugal a refletir sobre várias políticas europeias que têm um impacto direto na atividade agrícola no território nacional e europeu.

O programa procurará promover uma melhor compreensão e sensibilidade para as políticas europeias, em particular para a razão de ser da Política Agrícola Comum (PAC) e da Estratégia "do Prado ao Prato", do Pacto Ecológico Europeu. Desde solos saudáveis, bem-estar animal, novas técnicas genómicas e sistemas alimentares sustentáveis, ao conhecimento, inovação e novas

tecnologias, passando pela competitividade e competências, os futuros profissionais do sector agrícola terão oportunidade de abordar todas estas temáticas durante o encontro. As candidaturas [encontram-se abertas](#) até ao **dia 31 de julho de 2023**.

Até 17 de outubro



Comissão lança convites à apresentação de propostas no valor de 122 milhões de euros para colmatar as lacunas de inovação na UE e reforçar os ecossistemas de inovação

A Comissão Europeia [disponibilizou](#) 122 milhões de euros no âmbito da iniciativa [Ecossistemas Europeus de Inovação](#) do programa Horizonte Europa e do [Instrumento de Investimento Inter-regional para a Inovação](#) do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Estes convites à apresentação de propostas têm por objetivo reforçar e fazer progredir os ecossistemas europeus de inovação, ligando todos os territórios da UE para dar resposta aos desafios sociais e promover uma coesão mais forte. Contribuem igualmente para uma iniciativa fundamental da "Nova Agenda Europeia da Inovação", que tem por objetivo promover "[vales de inovação regionais](#)" interligados em toda a UE. As candidaturas estão abertas [aqui](#) até 17 de outubro de 2023. Para mais informações, clique [aqui](#).

Até 25 de outubro



Abertura do concurso "Ações Marie Skłodowska-Curie (MSCA) e Citizens": 15,4 milhões de euros para aproximar a investigação da educação e da sociedade

As ações "MSCA e Citizens" aproximam a investigação e os investigadores do público em geral. O [prazo de candidatura](#) à organização da Noite Europeia dos Investigadores e dos Investigadores nas Escolas termina a 25 de outubro de 2023. Esta nova ronda de financiamento destinará 15,4 milhões de euros para financiar cerca de 50 projetos, tendo como objetivo organizar duas edições sucessivas da [Noite Europeia dos Investigadores](#) (em 2024 e 2025) e a implementação de atividades de [Investigadores nas Escolas](#) durante dois anos consecutivos.



Agricultura e Alimentação

Perspetivas agrícolas mundiais 2023 a 2032

De acordo com um [novo relatório da FAO e da OCDE](#), prevê-se que a produção mundial de leite aumente 17% nos próximos 10 anos, enquanto o nível de [produção de leite](#) da União Europeia deverá diminuir durante o mesmo período. "O setor dos laticínios continuará a ser o setor pecuário em mais rápida expansão na próxima década, prevendo-se que a produção mundial de leite aumente 17%". "Espera-se que a produção na UE, o segundo maior produtor mundial de leite depois da Índia, diminua ligeiramente na sequência da transição em curso para uma produção ambientalmente sustentável, da expansão da produção biológica e da mudança de sistemas de produção intensivos para sistemas baseados em pastagens."

"Enquanto o efetivo leiteiro está a aumentar na Europa Oriental e na Ásia Central, prevê-se uma contração de 9% na Europa Ocidental, principalmente nos sistemas intensivos. Esta redução é determinada pela atual prioridade da UE dada à sustentabilidade, que deverá reduzir a sua quota na produção mundial para menos de 15% até 2032 (17% no período de base de 2020-22)." Quase metade dos produtos lácteos da região da Europa e da Ásia Central são produzidos na Europa Ocidental, mas prevê-se que esta quota diminua até 2032 para 44%.

Durante o período da projeção, espera-se que a procura média global per capita de carne aumente 2%, desde o período de base 2020-2022 até 2032. O crescimento do consumo nos países de rendimento médio será responsável por uma parte significativa deste

aumento (Figura 6.1). Tal como referido nas Perspetivas do ano passado, o rendimento disponível nos países de rendimento elevado já não é o principal fator determinante das alterações no consumo de carne. Em vez disso, as preocupações com a saúde humana, os impactos ambientais e o bem-estar dos animais são as principais motivações que levam os consumidores destes países a adotar uma dieta que altere a procura de produtos à base de carne (por exemplo, carne vermelha versus carne branca) ou reduza a procura global de carne.

Os preços elevados da energia, as políticas nacionais e a evolução do acesso ao mercado irão alterar a utilização de fertilizantes a nível global (Secção 1.3.2). As eficiências a nível nacional na aplicação de fertilizantes nos solos agrícolas, por exemplo, através da aplicação de uma nova geração de "produtos fertilizantes especiais", como os fertilizantes azotados estabilizados, os fertilizantes de libertação lenta e controlada e os fertilizantes solúveis em água, podem aumentar a eficiência da utilização de nutrientes e reduzir a necessidade de aplicação, diminuindo assim as emissões de GEE. Em alguns países, os governos incentivam fortemente a utilização de produtos fertilizantes especiais ou de fertilizantes orgânicos. Noutros, os agricultores adotaram estes produtos sem intervenção governamental devido aos benefícios económicos e ambientais.

Parecer da EFSA sobre o Glifosato

A Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA) publicou uma [avaliação de impacto](#) sobre o uso do glifosato. A EFSA refere em [comunicado](#) que: «Na revisão dos peritos sobre a avaliação dos riscos da substância ativa glifosato, a EFSA não identificou quaisquer áreas críticas de preocupação em relação ao risco que esta representa para os seres humanos, para os animais ou para o ambiente. Uma preocupação é definida como crítica quando afeta todas as utilizações propostas da substância ativa em avaliação (por exemplo, utilizações pré-sementeira, utilizações pós-colheita, etc.), impedindo assim a sua aprovação ou renovação. Em 2022, a Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA) realizou uma avaliação dos perigos do glifosato e concluiu que este não cumpria os critérios científicos para ser classificado como substância cancerígena, mutagénica ou tóxica para a reprodução. A EFSA utilizou a classificação de perigo da ECHA para efeitos da avaliação de risco do glifosato na UE.

Quando são identificadas lacunas nos dados, estas são referidas nas conclusões da EFSA como questões que não puderam ser finalizadas ou questões pendentes. As questões que não puderam ser concluídas incluem a avaliação da pureza do glifosato, a avaliação dos riscos alimentares para os consumidores e a avaliação dos riscos para as plantas aquáticas. As questões pendentes incluem, entre outras, a falta de informação sobre a toxicidade de alguns dos componentes presentes na formulação pesticida à base de glifosato submetida a avaliação, que é necessária para concluir a avaliação dos riscos da formulação para utilizações representativas. Relativamente a esta formulação, não houve indicações de toxicidade aguda e genotoxicidade.

Quanto à biodiversidade, os peritos reconheceram que os riscos associados às utilizações representativas do glifosato são complexos e dependem de múltiplos fatores. Também notaram a falta de metodologias harmonizadas e de objetivos de proteção específicos acordados. De um modo geral, as informações disponíveis não permitem tirar conclusões definitivas sobre este aspeto da avaliação dos riscos, e os gestores dos riscos podem considerar medidas de atenuação. No que respeita à ecotoxicologia, o pacote de dados permitiu uma abordagem conservadora da avaliação dos riscos, que identificou um risco elevado a longo prazo para os mamíferos em 12 das 23 utilizações propostas do glifosato.»

Agricultura: Comissão adota pacote de apoio aos agricultores de 330 milhões de euros

A Comissão Europeia [adotou](#) o [pacote de apoio excecional de 330 milhões de euros apresentado em 23 de junho de 2023](#). Os agricultores da Bélgica, Chéquia, Dinamarca, Alemanha, Estónia, Irlanda, Grécia, Espanha, França, Croácia, Itália, Chipre, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Áustria, Portugal, Eslovénia, Finlândia e Suécia beneficiarão desta assistência financeira adicional. Os agricultores búlgaros, húngaros, polacos, romenos e eslovacos recebem um apoio separado de 100 milhões de euros para fazer face aos desequilíbrios do mercado.

Este pacote de apoio surge numa altura em que os agricultores continuam a enfrentar dificuldades, tal como demonstrado no [relatório](#) publicado pela Comissão Europeia relativo ao relatório de prospetiva a curto prazo sobre os mercados agrícolas da UE. Os agricultores da UE continuam a enfrentar custos de fatores de produção superiores à média de longo prazo e alguns preços dos produtos agrícolas de base continuam a diminuir. Além disso, os agricultores da UE enfrentaram condições meteorológicas difíceis na primavera, o que conduziu à diminuição das projeções de rendimentos e a uma menor qualidade de vários produtos agrícolas de base. Ao mesmo tempo, observaram-se sinais iniciais de melhoria. Por exemplo, os fertilizantes tornaram-se mais acessíveis em resultado da queda dos preços do gás natural. Além disso, embora ainda acima da taxa de inflação geral, a inflação dos produtos alimentares na UE está a começar a estabilizar. Mais informações nesta [notícia](#).



Ambiente

Restauração da natureza: Parlamento Europeu adota posição para negociar com o Conselho

A UE deve adotar, até 2030, medidas de recuperação que abranjam, pelo menos, 20 % das suas zonas terrestres e marítimas, defendem os eurodeputados. O Parlamento Europeu [aprovou](#) esta quarta-feira a sua posição sobre a [legislação da UE relativa à restauração da natureza](#) com 336 votos a favor, 300 votos contra e 13 abstenções, após ter [debatido](#) o tema na terça-feira. A votação para rejeitar a proposta da Comissão não foi aprovada (312 votos a favor, 324 votos contra e 12 abstenções).

Os eurodeputados sublinham que a restauração do ecossistema é fundamental para combater as alterações climáticas e a perda de biodiversidade, reduzindo também os riscos para a segurança alimentar. Salientam que o projeto de lei não impõe a criação de novas áreas protegidas na UE, nem bloqueia novas infraestruturas de energias renováveis, uma vez que acrescentaram um novo artigo a sublinhar que tais instalações são esmagadoramente de interesse público.

O Parlamento salienta que a nova lei deve contribuir para o cumprimento dos compromissos internacionais da UE, em particular o [Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal](#). Os eurodeputados apoiam a proposta da Comissão de pôr em prática, até 2030, medidas de regeneração que abrangem, pelo menos, 20 % das zonas terrestres e marítimas da UE. O Parlamento afirma que a lei só se aplica quando a Comissão tiver fornecido dados sobre as condições necessárias para garantir a segurança alimentar a longo prazo e quando os países da UE tiverem quantificado a área que precisa de ser recuperada para atingir as metas para cada habitat. O Parlamento prevê igualmente a possibilidade de adiar os objetivos em caso de consequências socioeconómicas excecionais.

No prazo de 12 meses a contar da data de entrada em vigor do presente regulamento, a Comissão terá de avaliar qualquer lacuna entre as necessidades financeiras de recuperação e o financiamento disponível da UE e procurar soluções para colmatar essa lacuna, em especial através de um instrumento específico da UE.

Emissões industriais: Parlamento aperta regras para reduzir a poluição

O Parlamento Europeu [adotou](#) a sua posição para negociar com o Conselho sobre novas regras para reduzir a poluição e incluir as grandes instalações agroindustriais na transição ecológica. A posição do Parlamento Europeu sobre a [diretiva relativa às emissões industriais \(DEI\)](#) e a [diretiva relativa à deposição de resíduos em aterros](#) foi aprovada, esta terça-feira, em plenário, por 396 votos a favor, 102 contra e 131 abstenções. Sobre o regulamento relativo ao [Portal das Emissões Industriais](#), os eurodeputados o seu mandato de negociação por 563 votos a favor, 51 votos contra e 18 abstenções.

Os eurodeputados apoiaram a proposta da Comissão de alargar a DEI às instalações da indústria extrativa (minas) e às grandes fábricas de baterias (exceto aquelas que montam exclusivamente módulos de baterias e conjuntos de baterias). A diretiva obriga a maior redução da poluição do ar, da água e do solo. No que diz respeito às explorações pecuárias, os eurodeputados votaram a favor da manutenção das atuais regras e da inclusão das explorações de suínos com mais de 2 mil lugares para suínos de produção (mais de 30 kg) ou com mais de 750 lugares para porcas. As explorações avícolas com mais de 40 mil lugares para aves de capoeira, bem como explorações com mais de 750 cabeças normais. O Parlamento não pretende alargá-lo às explorações pecuárias, tal como proposto pela Comissão.

Os eurodeputados propuseram excluir a «agricultura extensiva» - com um máximo de duas cabeças normais por hectare utilizadas para pastoreio ou forragem - bem como práticas de criação em que a pecuária está sujeita a práticas de transumância pelo menos 180 dias por ano. Inicialmente, a Comissão propôs um limiar de 150 cabeças normais para todos os animais. Os eurodeputados sublinham igualmente a importância de garantir que os produtores fora da UE cumpram requisitos semelhantes aos da UE. Os eurodeputados também votaram a favor do aumento da transparência e da participação pública no que diz respeito ao licenciamento, ao funcionamento e ao controlo das instalações regulamentadas. O [Registo Europeu das Emissões e Transferências de Poluentes](#) será transformado num Portal das Emissões Industriais da UE, onde os cidadãos podem aceder a dados sobre todas as licenças da UE e atividades locais de poluição.

Conselho adota novo regulamento sobre baterias e respetivos resíduos

O Conselho [adotou](#) um novo regulamento que reforça as regras de sustentabilidade no que toca às baterias e respetivos resíduos. O regulamento irá regular todo o ciclo de vida das baterias – desde a produção até à reutilização e reciclagem – e garantirá que as baterias são seguras, sustentáveis e competitivas. O regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho aplicar-se-á a todas as baterias, incluindo todos os resíduos de baterias portáteis, baterias de veículos elétricos, baterias industriais, baterias de arranque, iluminação e ignição (SLI) (utilizadas principalmente para veículos e máquinas) e baterias de meios de transporte ligeiros (por exemplo, bicicletas, motoretas e trotinetas elétricas).

As novas regras visam promover a economia circular regulando as baterias ao longo do seu ciclo de vida. Por conseguinte, o regulamento estabelece requisitos de fim de vida, incluindo metas e obrigações de recolha, metas para a recuperação de materiais e a responsabilidade alargada do produtor. O regulamento fixa metas para os produtores recolherem resíduos de baterias portáteis (63 % até ao final de 2027 e 73 % até ao final de 2030) e introduz um objetivo específico de recolha de resíduos de baterias para os meios de transporte ligeiros (51 % até ao final de 2028 e 61 % até ao final de 2031). O regulamento fixa uma meta para a valorização do lítio a partir de resíduos de baterias em 50 % até 2027 e 80 % até ao final de 2031, o que pode ser alterado através de atos delegados em função da evolução do mercado e da tecnologia, e da disponibilidade de lítio.

O regulamento prevê níveis mínimos obrigatórios de conteúdo reciclado para as baterias industriais, as baterias SLI e as baterias de veículos elétricos. Estes foram inicialmente fixados em 16 % para o cobalto, 85 % para o chumbo, 6 % para o lítio e 6 % para o níquel. As baterias terão de vir acompanhadas de documentação sobre o conteúdo reciclado. A meta de rendimento de reciclagem para as baterias de níquel-cádmio é fixada em 80 % até ao final de 2025 e em 50 % até ao final de 2025 para outros resíduos de baterias. O regulamento prevê que, até 2027, as baterias portáteis incorporadas em aparelhos devam ser removíveis e substituíveis pelo utilizador final, deixando tempo suficiente para que os operadores adaptem a conceção dos seus produtos a este requisito. Trata-se de uma disposição importante para os consumidores. As baterias de meios de transporte ligeiros terão de ser substituíveis por um profissional independente.

Pacto Ecológico: tornar o transporte de mercadorias mais ecológico para obter mais benefícios económicos com menor impacto ambiental

A Comissão Europeia [propõe](#) medidas para tornar o transporte de mercadorias mais eficiente e sustentável, melhorando a gestão da infraestrutura ferroviária, oferecendo incentivos mais fortes aos camiões com baixo nível de emissões e uma melhor informação sobre as emissões de gases com efeito de estufa provenientes do transporte de mercadorias. O objetivo é aumentar a eficiência no setor, ajudando-o a contribuir para a meta de redução de 90 % das emissões dos transportes até 2050, tal como estabelecido no Pacto Ecológico Europeu, permitindo simultaneamente que o mercado único da UE continue a crescer.

A construção de vias ferroviárias é dispendiosa e, na UE, cada vez mais congestionada. O [regulamento proposto otimizará](#) a sua utilização, melhorará a coordenação transfronteiras, aumentará a pontualidade e a fiabilidade e, em última análise, atrairá mais empresas de transporte de mercadorias para o transporte ferroviário. Os passageiros beneficiarão de serviços ferroviários adicionais, uma vez que a capacidade da rede será mais bem utilizada, o que terá um impacto positivo nos serviços transfronteiriços, permitindo, nomeadamente, ligações mais frequentes e reservas de bilhetes mais precoces.

As regras atuais em matéria de gestão da capacidade são decididas anualmente, a nível nacional e manualmente. Tal não favorece o tráfego transfronteiriço (cerca de 50 % do transporte ferroviário de mercadorias atravessa fronteiras); a abordagem fraturada provoca atrasos nas fronteiras. Esta situação, por sua vez, dificulta o funcionamento do mercado único. São também comuns os atrasos devidos ao congestionamento causado por trabalhos de manutenção descoordenados.

Conceção ecológica: produtos que respeitem o ambiente e energeticamente eficientes

Os eurodeputados [aprovaram](#), na passada quarta-feira, em sessão plenária, um relatório elaborado pela Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar (ENVI) sobre a [revisão dos requisitos de conceção ecológica dos produtos sustentáveis](#), por 473 votos a favor, 110 contra e 69 abstenções. No seu mandato de negociação, os eurodeputados reforçam as medidas propostas pela Comissão para garantir uma vida útil mais longa dos produtos e melhor informação para os consumidores.

A vida útil de um produto não deve ser limitada através de características de design. Atualizações de software, consumíveis (por exemplo, cartuchos de tinta, lâmpadas, almofadas de café), peças sobressalentes e acessórios também devem estar disponíveis durante um período adequado. Seria criado um novo «passaporte do produto» com informações exatas e atualizadas, com o intuito de aumentar a transparência e permitir que os consumidores façam escolhas de compra informadas.

Os eurodeputados solicitam à Comissão que dê prioridade à definição de requisitos de sustentabilidade para vários grupos de produtos nas próximas medidas de conceção ecológica, como por exemplo: ferro, aço, alumínio, têxteis, mobiliário, pneus, detergentes, tintas, lubrificantes e produtos químicos. Os eurodeputados querem também uma proibição específica da destruição de têxteis não vendidos e de equipamentos elétricos e eletrónicos.

Economia circular: melhor conceção e gestão do fim de vida dos automóveis para uma utilização mais eficiente dos recursos

A Comissão propõe medidas para reforçar a circularidade do setor automóvel, abrangendo a conceção, a produção e o tratamento em fim de vida dos veículos. Esta iniciativa melhorará o acesso aos recursos da economia da UE, contribuirá para os objetivos ambientais e climáticos da UE, reforçando simultaneamente o mercado único e contribuindo para enfrentar os desafios associados à transformação em curso da indústria automóvel.

As ações propostas deverão gerar receitas líquidas no valor de 1,8 mil milhões de euros até 2035, com a criação de mais postos de trabalho e o aumento dos fluxos de receitas para a indústria da gestão de resíduos e da reciclagem. Além disso, contribuirão para melhorar a segurança rodoviária nos países terceiros, impedindo a exportação de veículos não aptos a circular e reduzindo a poluição nociva e os riscos para a saúde nos países que importam veículos usados da UE.

O [regulamento proposto](#), que substitui as atuais diretivas relativas [aos veículos em fim de vida](#) e à [reutilização, reciclagem e valorização](#), deverá ter benefícios ambientais substanciais, incluindo uma redução anual de 12,3 milhões de toneladas de emissões de CO₂ até 2035, uma melhor valorização de 5,4 milhões de toneladas de materiais e uma maior recuperação de matérias-primas essenciais. A aplicação do regulamento conduzirá a poupanças de energia a longo prazo na fase de fabrico, a uma menor dependência das matérias-primas importadas e à promoção de modelos empresariais sustentáveis e circulares. Mais informações no [comunicado de imprensa](#) e no documento com [perguntas e respostas](#).



Coesão e Solidariedade Interna da UE

Ajuda da UE aos candidatos a emprego no valor de 2,2 milhões de euros para 603 trabalhadores despedidos na Bélgica

O Parlamento Europeu [aprovou](#) uma ajuda de 2,2 milhões de euros para 603 trabalhadores da empresa "Logistics Nivelles SA", que ficaram sem emprego depois de a empresa-mãe ter decidido encerrar as suas instalações. Na terça-feira, os eurodeputados aprovaram o pedido de apoio da Bélgica ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização para os Trabalhadores Despedidos (FEG). Os eurodeputados reconheceram que "a pandemia da COVID-19 e a guerra de agressão russa contra a Ucrânia reduziram a competitividade económica e tiveram um impacto negativo no crescimento económico da Bélgica".

A "Logistics Nivelles SA" (LNSA), uma das filiais belgas da empresa global de transportes e logística "Kuehne + Nagel", costumava prestar serviços de logística para produtos alimentares frescos e secos, vinhos e bebidas espirituosas ao Carrefour. A Kuehne + Nagel decidiu encerrar a empresa na sequência das dificuldades financeiras da LNSA e das perdas significativas registadas em 2020 e 2021, optando por recorrer a outra das suas filiais.

Os eurodeputados observaram que os despedimentos na LNSA deverão afetar particularmente os trabalhadores com mais de 50 anos e/ou com baixas qualificações, que poderão enfrentar dificuldades de reintegração num emprego estável. O encerramento afeta a região da Valónia, na Bélgica, onde o desemprego é mais elevado (8,4%) do que a média nacional. Espera-se que o financiamento afetado ajude estes trabalhadores a garantir novos empregos através de orientação e aconselhamento personalizados, formação e apoio à criação da sua própria empresa. O custo total estimado destas medidas ascende a cerca de 2,5 milhões de euros, dos quais o FEG cobrirá 85% (2,2 milhões de euros). A Valónia financiará os restantes 15% (380 mil euros). O relatório da relatora Eleni Stavrou (PPE, CY), que recomenda que o Parlamento aprove a ajuda, foi aprovado por 590 votos a favor, 46 contra e 2 abstenções.



Cultura

A cultura move a Europa: Comissão atribui bolsas de mobilidade a artistas e profissionais da cultura

Na sequência do primeiro convite à apresentação de propostas de bolsas de mobilidade individual, 1 802 artistas e profissionais da cultura tiveram a oportunidade de ir para o estrangeiro com a iniciativa "Culture Moves Europe". Os candidatos selecionados são residentes dum dos 40 países do programa Europa Criativa e beneficiarão de despesas de viagem e de subsistência, bem como de complementos individuais, para se ligarem e criarem arte com outros artistas, participarem em ações de aprendizagem não formal ou explorarem o rico património cultural da Europa noutro país do programa Europa Criativa.

Lançada em 2022, esta nova ação de financiamento permanente do Programa Europa Criativa já demonstrou a sua relevância para os setores culturais e criativos, tendo recebido um total de 4665 candidaturas (representando 7689 pessoas) durante o seu primeiro concurso público. Com um orçamento de 21 milhões de euros e implementada pelo Goethe-Institut, a ação "Culture Moves Europe" concederá 7 mil bolsas a artistas e profissionais da cultura, bem como a organizações que pretendam oferecer programas de residência para artistas, até 2025. Todos os anos, entre o outono e a primavera, são lançados convites à apresentação de propostas para todos os setores abrangidos pela iniciativa "Culture Moves Europe". Os próximos convites à mobilidade individual e a residências serão lançados em outubro de 2023. Mais informações sobre os resultados dos convites à apresentação de propostas da "Culture Moves Europe" estão disponíveis [aqui](#).



Defesa e Segurança

Mecanismo Europeu de Apoio à Paz: Conselho adota medida de assistência em apoio às Forças Armadas do Gana

O Conselho [adotou](#) uma medida de assistência ao abrigo do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz no valor de 8,25 milhões de euros para apoiar as Forças Armadas do Gana. A medida de assistência reforçará as capacidades operacionais das unidades militares destacadas na parte norte do país para combater grupos armados e neutralizar e reduzir as oportunidades de esses grupos cometerem ataques terroristas. Através dessa medida de assistência, a UE disponibilizará equipamento não letal pertinente, como imagística, engenharia e equipamento de inativação de engenhos explosivos, a fim de reforçar a segurança das forças armadas e a sua capacidade para realizar operações de segurança, no pleno respeito do direito internacional aplicável, em especial o direito internacional em matéria de direitos humanos e o direito internacional humanitário.

O Mecanismo Europeu de Apoio à Paz foi criado em março de 2021 para financiar todas as ações da política externa e de segurança comum (PESC) no domínio militar e da defesa, tendo como objetivo prevenir conflitos, preservar a paz e reforçar a segurança e a estabilidade internacionais. Em particular, o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz permite à UE financiar ações destinadas a reforçar as capacidades de Estados terceiros e de organizações regionais e internacionais em aspetos militares e de defesa.

Eurodeputados aprovam proposta para fornecer mais munições à Ucrânia

O Parlamento Europeu [aprovou](#), na passada quinta-feira, uma proposta para aumentar a produção europeia de munições e mísseis, para colmatar a atual escassez. De acordo com o texto, [acordado com o Conselho na semana passada](#), a Ação de Apoio à Produção de Munições visa acelerar a entrega de munições e mísseis à Ucrânia e ajudar os Estados-Membros a reabastecer seus arsenais. Com a introdução de medidas como a mobilização de 500 milhões de euros para financiamento, pretende-se reforçar a capacidade de produção da UE para fazer face à atual escassez de produtos de defesa, em particular de munições terra-terra e artilharia, mísseis e seus respetivos componentes.

Durante as negociações com o Conselho, os eurodeputados asseguraram que uma gama mais diversificada de projetos recebesse financiamento e que as pequenas e médias empresas (PME) fossem elegíveis para uma taxa de financiamento mais elevada. Os eurodeputados garantiram que o novo financiamento não deveria ser feito em detrimento das atuais verbas destinadas à coesão. Também quiseram garantir que os países da UE vão providenciar para que a Ucrânia receba as munições financiadas ao abrigo desta legislação, sem que esteja sujeita a restrições à exportação.



UE e Nova Zelândia assinam ambicioso acordo de comércio livre

A UE e Nova Zelândia [assinaram](#) um acordo de comércio livre (ACL). Logo a partir do primeiro ano de aplicação, o acordo irá reduzir em cerca de 140 milhões de euros por ano os direitos que oneram as empresas da UE. Consequentemente, nos próximos dez anos prevê-se um aumento do comércio bilateral de até 30 % graças a este acordo, com um crescimento potencial das exportações anuais da UE de até 4,5 mil milhões de euros. O investimento da UE na Nova Zelândia poderá crescer até 80 %. Este acordo histórico inclui ainda compromissos sem precedentes em matéria de sustentabilidade, nomeadamente o respeito do Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas e dos direitos laborais fundamentais.

O acordo será agora enviado ao Parlamento Europeu para aprovação. Após a conclusão do processo de ratificação na UE e na Nova Zelândia o acordo poderá entrar em vigor. Os acordos comerciais fazem parte da abordagem de comércio aberto – ou «parceria» – da UE, que constitui um dos três objetivos da [Estratégia Europeia de Segurança Económica](#) apresentada no mês passado. Este acordo com a Nova Zelândia demonstra igualmente a forma como a UE está a intensificar o seu compromisso com esta região do mundo que se encontra em expansão, cumprindo a sua Estratégia para o Indo-Pacífico.

PE renova medidas de apoio ao comércio com a Moldávia por um ano

O Parlamento Europeu [deu](#) luz verde à suspensão dos direitos de importação da UE sobre as exportações moldavas de produtos agrícolas por mais um ano, para apoiar a economia do país. Os eurodeputados aprovaram na terça-feira, por 577 votos a favor, 36 contra e 18 abstenções, uma proposta para renovar a atual suspensão dos direitos de importação sobre as exportações moldavas para a UE por mais um ano, no contexto da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, que está a criar uma situação difícil para os produtores e exportadores moldavos. Uma vez que a maioria das exportações moldavas já beneficia de acesso isento de direitos ao mercado da UE ao abrigo do Acordo de Associação, esta medida diz respeito a sete produtos agrícolas sujeitos a contingentes pautais: tomate, alho, uvas de mesa, maçãs, cerejas, ameixas e sumo de uva.

Iniciativa de Cidadania Europeia: Comissão decide registar iniciativa sobre a tributação das grandes fortunas na UE

A Comissão Europeia [decidiu](#) registar uma Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE) intitulada «Tributação das grandes fortunas para financiar a transição ecológica e social». Os organizadores da iniciativa instam a Comissão a criar um imposto a nível europeu sobre as grandes fortunas em benefício da transição ecológica e social. O objetivo da iniciativa é contribuir para a luta contra as alterações climáticas e as desigualdades existentes em toda a UE, bem como assegurar que os cidadãos europeus pagam a sua quota-parte na consecução destes objetivos.

A decisão de registar esta iniciativa é de natureza jurídica e não prejudica as conclusões jurídicas e políticas finais da Comissão, nem as medidas que a Comissão possa, se for caso disso, vir a tomar caso a iniciativa obtenha o apoio necessário. Uma vez que a Iniciativa de Cidadania Europeia satisfaz as condições formais estabelecidas na legislação aplicável, a Comissão considera esta ICE juridicamente admissível. Nesta fase, a Comissão ainda não analisou o mérito da proposta.

Após o registo, os organizadores da iniciativa dispõem de seis meses para dar início à recolha de assinaturas. Se, no prazo de um ano, uma Iniciativa de Cidadania Europeia receber um milhão de declarações de apoio provenientes de, pelo menos, sete Estados-Membros, a Comissão terá de se pronunciar sobre a sua admissibilidade. Poderá decidir dar ou não seguimento ao pedido, devendo fundamentar a sua decisão.

Procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos: Conselho adota conclusões

O Conselho [adotou](#) as suas conclusões sobre as apreciações aprofundadas de 2023 no âmbito do procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos. Recorda, por exemplo, que a economia da UE continua a dar provas de resiliência, apesar de um ambiente difícil marcado pela invasão não provocada da Ucrânia pela Rússia, com os elevados preços da energia e a inflação a afetarem o poder de compra das famílias e a competitividade devido ao aumento do protecionismo e da concorrência geopolítica. Reconhece a sólida recuperação pós-pandemia, graças às rápidas medidas políticas tomadas a nível nacional e da UE, e o papel fundamental que as políticas da UE para sustentar um desempenho sólido em matéria de investimento, bem como os progressos em matéria de reformas estruturais numa vasta gama de domínios de intervenção.

Salienta, por outro lado, que é fundamental a execução plena, atempada e eficaz do Mecanismo de Recuperação e Resiliência através das reformas e dos investimentos previstos nos planos nacionais de recuperação e resiliência, permitindo deste modo a utilização do financiamento disponível, a fim de apoiar a expansão económica, aumentar a resiliência, a inclusividade e a sustentabilidade das economias da UE e reduzir as vulnerabilidades macroeconómicas. Sublinha a importância de uma permanente e estreita coordenação das políticas económicas da UE, que passa por detetar, prevenir e corrigir os desequilíbrios macroeconómicos que obstam ao correto funcionamento das economias dos Estados-Membros, da União Económica e Monetária ou da economia da União Europeia no seu todo.

Reconhece ainda que a evolução económica é de um modo geral favorável na maioria dos Estados-Membros sujeitos a uma apreciação aprofundada, mas que subsistem desafios significativos para vários Estados-Membros, que a competitividade em termos de custos poderá ser comprometida nos Estados-Membros que têm uma inflação elevada se a dinâmica inflacionista divergente se tornasse

persistente. Observa que os desequilíbrios de longa data relacionados com a elevada dívida pública, privada e externa retomaram as suas tendências descendentes, num contexto de elevado crescimento nominal, ou que a maior restritividade das condições de financiamento aumenta os riscos e que são necessários esforços continuados para assegurar uma tendência descendente sustentável dos níveis da dívida.

Conselho adota decisões de apoio a créditos à exportação modernizados

O Conselho [adotou](#) duas decisões que definem a posição da UE sobre as alterações propostas ao Convénio relativo aos créditos à exportação que beneficiam de apoio oficial. A posição da UE consiste em apoiar ambas as alterações. O Convénio relativo aos créditos à exportação que beneficiam de apoio oficial estabelece um enquadramento que garante uma utilização ordenada dos créditos à exportação que beneficiam de apoio oficial, promovendo a igualdade de condições entre os exportadores. O Convénio constitui um "acordo de cavalheiros" negociado no âmbito da OCDE em 1978 e atualizado e transposto para o direito da UE desde então.



Emprego e Demografia

População da UE volta a aumentar após dois anos de diminuição

Após um declínio da população em 2020 e 2021 devido ao impacto da pandemia de COVID-19, a população da UE [aumentou](#) em 2022, passando de 446,7 milhões em 1 de janeiro de 2022 para 448,4 pessoas em 1 de janeiro de 2023. A variação natural negativa (mais mortes do que nascimentos) foi superada pela migração líquida positiva. O crescimento populacional observado pode ser atribuído em grande parte ao aumento dos movimentos migratórios pós-COVID-19 e ao afluxo maciço de pessoas deslocadas da Ucrânia que receberam o estatuto de proteção temporária nos países da UE, em consequência da invasão russa em fevereiro de 2022.

Durante um período mais longo, a população da UE cresceu de 354,5 milhões em 1960 para 448,4 milhões em 1 de janeiro de 2023, um aumento de 93,9 milhões de pessoas. A taxa de crescimento populacional abrandou gradualmente nas últimas décadas: por exemplo, a população da UE aumentou, em média, cerca de 0,8 milhões de pessoas por ano durante o período de 2005-2022, em comparação com um aumento médio de cerca de 3,0 milhões de pessoas por ano durante a década de 1960. Embora a população da UE tenha diminuído ligeiramente em 2020 em cerca de meio milhão de pessoas e em 2021 em quase 0,3 milhões de pessoas devido à pandemia de COVID-19, começou a recuperar o seu crescimento, como mostram os novos números.

A população de cada país da UE em 1 de janeiro de 2023 variava entre 0,5 milhões em Malta e 84,4 milhões na Alemanha. A Alemanha, a França e a Itália, em conjunto, representavam quase metade (47%) da população total da UE em 1 de janeiro de 2023. Embora a população total da UE tenha aumentado em 2022, não se registaram aumentos populacionais em todos os Estados-Membros. No total, sete países registaram uma diminuição da população entre 1 de janeiro de 2022 e 2023, com a maior diminuição registada em Itália (-179 419 pessoas) e a menor na Eslováquia (-5 920). Foram observados aumentos nos outros 20 países, sendo o maior na Alemanha (1 121 721) e o menor na Letónia (7 251).



Energia

Parlamento adota novas regras para aumentar a poupança de energia

Os eurodeputados [aprovaram](#) o acordo negociado com o Conselho, que fixa novas metas de poupança de energia para 2030, no âmbito do Pacto Ecológico Europeu. A legislação estabelecerá objetivos de poupança na UE, tanto para o consumo de energia [primária](#) como para o consumo [final](#). Os Estados-Membros terão de assegurar coletivamente a redução do consumo de energia em, pelo menos, 11,7 % até 2030 (em comparação com as projeções do cenário de referência de 2020). Este objetivo vinculativo da UE será acompanhado de um mecanismo de verificação, para garantir que os países cumprem as suas metas nacionais.

Até 2030, os Estados-Membros devem poupar, em média, 1,5 % por ano. A poupança anual de energia começa em 1,3 %, para o período que vai até final de 2025, e atingirá progressivamente 1,9 %, até ao final de 2030. Os objetivos de poupança devem ser atingidos através de medidas locais, regionais e nacionais, abrangendo em diferentes setores. Os eurodeputados consideram que o regime deve abranger, em particular, o setor público. Este setor terá de reduzir o seu consumo final de energia em 1,9 % por ano. Os Estados-Membros devem também assegurar que pelo menos 3 % dos edifícios públicos sejam transformados, todos os anos, em edifícios com necessidades quase nulas de energia ou edifícios com emissões nulas. A diretiva estabelece igualmente novos requisitos para sistemas de aquecimento urbano eficientes.

Eurobarómetro: Europeus demonstram, além de um forte apoio à política energética da UE e à resposta da UE à invasão da Ucrânia pela Rússia, um maior otimismo em relação à economia

O último [inquérito Eurobarómetro Standard](#) realizado em junho de 2023 mostra que os cidadãos da UE continuam a apoiar esmagadoramente a transição energética e a esperar um investimento maciço em energias renováveis. Continuam a aprovar amplamente as medidas tomadas pela UE para apoiar a Ucrânia e o povo ucraniano. Apoiam igualmente o reforço da cooperação da UE no domínio da defesa e o aumento das despesas com a defesa.

Embora a inflação continue a ser uma preocupação importante, a percepção da situação económica e as expectativas económicas estão a melhorar. A maioria dos europeus considera que o *NextGenerationEU* (o plano de recuperação da UE no valor de 800 mil milhões de euros) pode ser eficaz para responder aos atuais desafios económicos. O apoio ao euro mantém-se elevado.

Mais de oito em cada dez cidadãos da UE consideram que a UE deve investir maciçamente em energias renováveis, como a energia eólica e solar (85 %) e que o aumento da eficiência energética dos edifícios, dos transportes e dos bens tornar-nos-á menos dependentes dos produtores de energia fora da UE (82 %). Além disso, 80 % acreditam que os Estados-Membros da UE devem comprar conjuntamente a energia aos outros países para obter um melhor preço. De referir ainda que, para 81 % dos inquiridos, a redução das importações de petróleo e gás e o investimento em energias renováveis são importantes para a nossa segurança global e, para 82 %, a UE deve reduzir a sua dependência em relação às fontes de energia russas o mais rapidamente possível.



Estado de Direito

Comissão Europeia adota procedimentos de infração de julho – Portugal recebe três cartas de notificação e um parecer fundamentado

A fim de ajudar os cidadãos e as empresas a colher todos os benefícios da União Europeia, a Comissão mantém um diálogo permanente com os Estados-Membros para assegurar o cumprimento do direito da UE e instaurar processos de infração contra os Estados-Membros em caso de incumprimento das suas regras. As decisões tomadas no âmbito deste pacote de procedimentos de infração incluem 62 cartas de notificação para cumprir e 62 pareceres fundamentados. Portugal [vai](#) receber três cartas de notificação para cumprir e um parecer fundamentado: uma carta de notificação para cumprir ([INFR\(2023\)2042](#)) por não ter assegurado a correta aplicação da [Diretiva 2014/89/UE](#) do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um quadro para o ordenamento do espaço marítimo; uma carta de notificação para cumprir ([INFR\(2023\)2002](#)) por não cumprir as regras da UE relativas aos bilhetes de identidade e aos títulos de residência emitidos aos cidadãos da UE e seus familiares ([Regulamento \(UE\) 2019/1157](#)); uma carta de notificação para cumprir ([INFR\(2023\)2059](#)) por não ter assegurado que as respetivas partes interessadas operacionais cumprem certos requisitos do [Regulamento de Execução \(UE\) 2021/116 da Comissão](#) relativo à criação do Primeiro Projeto Comum de apoio à aplicação do Plano Diretor Europeu de Gestão do Tráfego Aéreo; e um parecer fundamentado ([INFR\(2023\)0033](#)) por não ter comunicado as suas medidas nacionais de aplicação da [Diretiva \(UE\) 2021/514 do Conselho](#) que altera a [Diretiva 2011/16/UE](#) relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade.

A Comissão decidiu igualmente instaurar oito ações no Tribunal de Justiça da União Europeia e retirar três ações anteriormente instauradas. Por último, decidiu encerrar 135 casos em que os Estados-Membros em causa, em cooperação com a Comissão, tinham posto termo a uma infração e assegurado o cumprimento do direito da União. O resumo das principais decisões e os respetivos comunicados de imprensa estão disponíveis [aqui](#). Os principais aspetos dos procedimentos de infração são [aqui](#) descritos. A Comissão Europeia também adotou o seu [Relatório anual sobre o controlo da aplicação do direito da UE](#) em 2022. O relatório descreve os meios da Comissão para proteger os direitos e as liberdades dos cidadãos e das empresas em toda a UE. Mais informações no [comunicado de imprensa](#).

Novas regras eleitorais e "Lex Tusk": as últimas ameaças da Polónia aos valores da UE

O Parlamento Europeu [manifestou](#) a sua preocupação com a recente reforma das eleições polacas e criticou fortemente a "Comissão Estatal para a Investigação da Interferência Russa". Na sequência da troca de pontos de vista que teve lugar no dia 14 de junho, a resolução aprovada em plenário na terça-feira faz o balanço dos últimos desenvolvimentos no país, que demonstram um novo afastamento dos valores europeus, de acordo com os eurodeputados. Os eurodeputados concluem que as alterações ao código eleitoral polaco, adotadas antes das próximas eleições parlamentares no outono de 2023, e com as eleições europeias de junho de 2024 no horizonte, são profundamente preocupantes. Os eurodeputados salientam que as alterações podem discriminar as pessoas que votam no estrangeiro.

Os eurodeputados salientam ainda que a secção do Supremo Tribunal polaco responsável pelos litígios eleitorais "não pode ser considerado um tribunal independente e imparcial". A resolução insta as autoridades polacas a alinharem a organização das eleições com as normas da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e com outras obrigações e normas democráticas internacionais. O Parlamento Europeu apela à organização de uma missão de observação eleitoral de grande envergadura para as próximas eleições legislativas, enquanto está a decorrer a avaliação das regras por parte da União Europeia.

Comissão propõe reforçar os direitos das vítimas da criminalidade

Todas as vítimas da criminalidade em toda a União Europeia merecem apoio. A iniciativa da Comissão Europeia [visa](#) reforçar os seus direitos em toda a União Europeia, para que recebam apoio, acedam à informação, procurem justiça e obtenham uma indemnização. A proposta de atualização da diretiva em vigor estabelece regras mínimas que vão além das adotadas em 2012, dando uma resposta eficaz à evolução das necessidades da nossa sociedade, à evolução tecnológica e à justiça.

Estas revisões e medidas propostas baseiam-se na avaliação da Diretiva Direitos das Vítimas de 2012 e da Estratégia da UE sobre os Direitos das Vítimas 2020-2025, refletindo o compromisso da União Europeia em melhorar continuamente a proteção e o apoio oferecidos às vítimas da criminalidade em todos os Estados-Membros.

A proposta da Comissão terá ainda de ser adotada pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho. Uma vez adotada, os Estados-Membros disporão de dois anos para transpor a diretiva para a sua ordem jurídica nacional. Está prevista uma exceção no que diz respeito à utilização de meios eletrónicos de comunicação que confere aos Estados-Membros um prazo de quatro anos para criar as estruturas necessárias.

Proteção de dados: Comissão Europeia adota nova decisão de adequação para garantir a segurança e a fiabilidade dos fluxos de dados entre a UE e os EUA

A Comissão Europeia [adotou](#) a sua decisão de adequação relativa ao [Quadro de Privacidade dos Dados UE-EUA](#). A decisão conclui que os Estados Unidos asseguram um nível de proteção adequado — comparável ao da União Europeia — dos dados pessoais transferidos da UE para empresas dos EUA ao abrigo do novo quadro. Com base na nova decisão de adequação, os dados pessoais podem circular em segurança da UE para as empresas dos EUA que participam no quadro, sem necessidade de estabelecer salvaguardas adicionais em matéria de proteção de dados.

O Quadro de Privacidade dos Dados UE-EUA introduz novas salvaguardas vinculativas para dar resposta a todas as preocupações suscitadas pelo Tribunal de Justiça Europeu, designadamente a limitação do acesso aos dados da UE por parte dos serviços de informações dos EUA ao que é necessário e proporcionado e a criação de um Tribunal de Recurso em matéria de Proteção de Dados (em inglês, DPRC), ao qual as pessoas singulares da UE terão acesso. O novo quadro introduz melhorias significativas em comparação com o mecanismo anteriormente existente ao abrigo do Escudo de Proteção da Privacidade. Por exemplo, se o DPRC considerar que a recolha de dados ocorreu em violação das novas salvaguardas, poderá ordenar o apagamento desses dados. As novas salvaguardas no domínio do acesso aos dados por parte de autoridades governamentais complementarão as obrigações a que as empresas norte-americanas que importam dados da UE terão de se sujeitar.

Comissão adota regras de execução do Regulamento Subvenções Estrangeiras

A Comissão Europeia [adotou](#) as regras de execução do [Regulamento Subvenções Estrangeiras](#) («RSE»). O regulamento de execução especifica os aspetos processuais relacionados com a aplicação do RSE. Contém igualmente formulários de notificação para as concentrações que envolvam contribuições financeiras estrangeiras e para as contribuições financeiras estrangeiras em procedimentos de contratação pública.

O RSE começará a ser aplicado em 12 de julho de 2023. A partir de 12 de outubro de 2023, as empresas terão de notificar as concentrações e a participação em procedimentos de adjudicação de contratos públicos que envolvam contribuições financeiras estrangeiras e atinjam os limiares de notificação pertinentes.

O RSE permite à Comissão investigar as contribuições financeiras concedidas por países terceiros a empresas que operam na UE e, se necessário, corrigir os seus efeitos de distorção. Habilita a Comissão a adotar regras processuais para a aplicação do RSE. Proposto pela Comissão em [maio de 2021](#), o RSE foi aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho em tempo recorde, em [junho de 2022](#). Entrou em vigor em [12 de janeiro de 2023](#) e começará a ser aplicável em 12 de julho de 2023.

Proteção dos jornalistas na UE: regras para impedir ações judiciais abusivas

O Parlamento Europeu quer reforçar a proteção dos jornalistas e ativistas na UE contra ações judiciais infundadas e abusivas destinadas a silenciá-los. No âmbito da proposta legislativa [aprovado](#) esta terça-feira em sessão plenária, os jornalistas, as organizações de comunicação social, os defensores dos direitos humanos, os ativistas, os investigadores e os artistas na UE serão protegidos de ações judiciais estratégicas contra a participação pública (SLAPP), cujo propósito é a intimidação e a penalização.

Com 498 votos a favor, 33 votos contra e 105 abstenções, os eurodeputados adotaram a sua posição negocial sobre as novas regras para proteger as pessoas que trabalham em questões de interesse público, como os direitos fundamentais, as atividades de funcionários públicos ou as alegações de corrupção.

As novas regras devem aplicar-se a casos transfronteiriços em que o demandado, o demandante e o tribunal não estejam sediados no mesmo país. Também se aplicam quando o ato de participação pública, quer se trate de um artigo de imprensa, de uma publicação nas redes sociais, de um vídeo, de uma obra de investigação ou de uma obra de arte, seja relevante para mais do que um Estado-Membro e possa ser consultado por via eletrónica.

A proposta de diretiva prevê salvaguardas para as vítimas de SLAPP, incluindo a possibilidade de solicitar o indeferimento antecipado da ação judicial, tendo o autor da queixa de provar que o seu caso não é infundado. O demandante terá igualmente de cobrir a totalidade dos custos do processo, incluindo a representação legal do demandado e sujeitar-se a sanções, ao passo que a vítima de SLAPP poderá pedir uma indemnização, nomeadamente por danos psicológicos ou à reputação.

Defender a democracia e a integridade do Parlamento contra ingerências nefastas

Num relatório [aprovado](#) na passada quinta-feira, o Parlamento apela à criação de sistemas eficazes de controlo e vigilância para detetar ingerências estrangeiras na sua atividade. As tentativas de interferir na democracia são um «fenómeno generalizado que tem de ser combatido da forma mais vigorosa possível», alertam os eurodeputados nas suas recomendações para a reforma das regras do Parlamento Europeu sobre transparência, integridade, responsabilização e luta contra a corrupção.

Reiterando «o seu choque e a sua condenação dos alegados atos de corrupção, branqueamento de capitais e participação numa organização criminosa» por três deputados, um antigo deputado e um assistente parlamentar, apelam à adoção de medidas que

reforcem as instituições da UE quando visadas por tentativas de ingerência estrangeira. Chamam a atenção para as «inúmeras lacunas nas regras de integridade e de transparência do Parlamento» e apelam a que a [proposta de 14 pontos](#) da presidente Roberta Metsola para reformar as regras do Parlamento se traduza em ações concretas o mais depressa possível.



Habitação

InvestEU lança investimento de 250 milhões de euros em habitação social a preços acessíveis, competências e empresas sociais com o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa

O Comité de Investimento do *InvestEU* [aprovou](#) uma nova garantia, elevando para cinco o número total de operações financiadas pelo Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB) e apoiadas pelo *InvestEU*. O montante total das garantias *InvestEU* aprovadas para projetos do CEB ascende assim a 80 milhões de euros.

Prevê-se que os projetos do CEB mobilizem 252,5 milhões de euros de financiamento para habitação social a preços acessíveis, educação e formação, microfinanciamento e financiamento de empresas sociais. Estas cinco operações beneficiam do acordo de garantia *InvestEU* que a Comissão Europeia e o CEB assinaram em novembro de 2022.

Entre as cinco operações está um quadro que disponibilizará 100 milhões de euros de financiamento do CEB apoiado pelo programa *InvestEU* para fornecer microfinanciamento e apoiar organizações da economia social em toda a União Europeia. Os outros quatro projetos apoiados são: (1) "Finanças Sociais" na Irlanda; (2) "Educação e Integração dos Jovens" em França; e (3) "Habitação Social e Acessível" e (4) "Educação e Formação em Trabalho Social", ambos em Espanha.



Igualdade de género, LGBTIQ, Inclusão social

Violência contra as mulheres: Parlamento vai negociar proposta de diretiva da UE

O Parlamento Europeu aprovou o seu mandato para negociar com o Conselho sobre o combate à violência contra as mulheres. O [mandato elaborado pela Comissão das Liberdades Cívicas e dos Direitos das Mulheres](#) inclui uma definição de violação baseada no consentimento, regras mais rigorosas em matéria de ciberviolência e melhor apoio às vítimas.

Além disso, defende: avaliação caso-a-caso para consentimento; lista mais longa de circunstâncias agravantes para infrações, incluindo as que resultam na morte ou suicídio de pessoas a cargo, crimes contra uma figura pública, e intenção de preservar ou restabelecer a «honra»; regras da UE contra a agressão sexual, a mutilação genital intersexo, a esterilização forçada, o casamento forçado e o assédio sexual em todos os ambientes de trabalho; regras específicas para os crimes online, incluindo a divulgação de material íntimo e o envio não solicitado de imagens de órgãos genitais; melhoria dos procedimentos para garantir a segurança e a saúde das vítimas, bem como apoio jurídico gratuito e; melhoria da comunicação de informações e da recolha de provas pelas autoridades competentes.



Instituições

Parlamento Europeu reforça a sua política anti-assédio

A Mesa do Parlamento Europeu [reafirma](#) o compromisso da instituição, enquanto empregador, de oferecer um ambiente de trabalho seguro e inclusivo, onde existe tolerância zero em relação a comportamentos inadequados. Em janeiro de 2023, a presidente Metsola mandou os Questores para trabalharem em propostas destinadas a reforçar as políticas anti-assédio do Parlamento. Com base nas recomendações dos Questores, a Mesa decidiu, a 10 de julho, criar um serviço de mediação e deu o seu apoio político à introdução de formação obrigatória para os deputados. A Mesa concordou igualmente em melhorar o atual procedimento do Comité Consultivo que trata das queixas de assédio relativas aos deputados.

Metsola sublinhou que "os locais de trabalho devem ser seguros e dignos. Melhorar e incentivar as políticas anti-assédio no Parlamento foi sempre uma prioridade para mim. Faz parte do meu objetivo de reformar o Parlamento Europeu para o tornar mais eficiente, transparente e justo. E esta reforma tem potencial para dar resultados. Dá especial atenção a medidas que protegem melhor as vítimas, acelera os processos e centra-se na prevenção, através da formação e da mediação".

Organismo de ética da UE: Proposta da Comissão é «insatisfatória», dizem os eurodeputados

O Parlamento Europeu [fez](#) um balanço da proposta da Comissão relativa a um organismo de ética independente para as instituições da UE e criticou a sua falta de ambição. Numa resolução aprovada por 365 votos a favor, 270 contra e 20 abstenções, o Parlamento considera que a proposta para o organismo de ética é «insatisfatória», "ficando aquém de um verdadeiro organismo de ética», conforme foi [pedido pelo Parlamento há dois anos](#).

O Parlamento lamenta igualmente que a Comissão tenha proposto apenas cinco peritos independentes para integrar o organismo (um por instituição da UE), limitados à posição de observadores, em vez de um órgão composto por nove peritos independentes em matéria

de ética, como o Parlamento já tinha solicitado anteriormente. Os eurodeputados insistem que o organismo de ética deve ser capaz de investigar alegadas violações das regras éticas e também ter o poder de solicitar documentos administrativos (respeitando a imunidade dos deputados e a liberdade de mandato). Deve ter autoridade para investigar as alegadas violações das regras deontológicas por sua própria iniciativa e para tratar casos individuais se uma instituição participante ou qualquer dos seus membros o solicitarem, sublinham. Os eurodeputados salientam igualmente que o organismo deve poder emitir recomendações de sanções, que serão tornadas públicas juntamente com a decisão tomada pela respetiva instituição ou após um prazo.

Outros pontos fundamentais incluem a necessidade de peritos independentes que tratam de processos individuais trabalharem em conjunto com o membro do órgão que representa a instituição em causa, a capacidade do organismo para receber e avaliar declarações de interesses e ativos e o seu papel de sensibilização e orientação. Os eurodeputados lamentam também que a proposta não abraja o pessoal das instituições, que já está sujeito a [obrigações comuns](#), e salientam a necessidade de o organismo proteger os denunciadores, em particular os funcionários públicos europeus.

Bulgária e Roménia devem estar em Schengen até ao final de 2023, diz Parlamento

Os eurodeputados [instam](#) o Conselho a aprovar a adesão da Roménia e da Bulgária ao espaço de livre circulação Schengen até ao final de 2023. Numa resolução aprovada na quarta-feira com 526 votos a favor, 57 votos contra e 42 abstenções, o Parlamento sublinha que ambos os países já cumpriram os requisitos necessários para serem admitidos em Schengen. Os eurodeputados lamentam a decisão do Conselho de 8 de dezembro de 2022 de rejeitar a sua adesão "sem apresentar qualquer justificação legal relacionada com os critérios de adesão". Um espaço Schengen maior e sem controlos fronteiriços tornaria a UE mais forte, dizem os eurodeputados, observando que todos os Estados-Membros têm o direito de aderir a Schengen quando estiverem prontos.

De acordo com o Parlamento Europeu, o facto da Roménia e da Bulgária ainda não terem aderido à zona de isenção de vistos sobrecarrega social e economicamente as empresas e as populações dos dois países. Os cidadãos da Bulgária e da Roménia são discriminados, uma vez que enfrentam atrasos, dificuldades burocráticas e custos adicionais quando viajam ou fazem negócios no estrangeiro, em comparação com os seus homólogos do espaço Schengen, refere o texto. Os eurodeputados referem que os atrasos nos postos fronteiriços enfrentados pelos romenos e búlgaros podem durar entre algumas horas e até dias - em comparação com uma média de 10 minutos sem controlos nas fronteiras internas -, o que também piora as condições de trabalho dos camionistas.

Orçamento da UE para 2024: Conselho define a sua posição sobre o projeto de orçamento

Os embaixadores dos Estados-Membros junto da UE (COREPER) [chegaram](#) a acordo quanto à posição do Conselho sobre o projeto de orçamento da UE para o exercício de 2024. No total, a posição do Conselho para o orçamento do próximo ano prevê 187,008 mil milhões de euros em autorizações e 141,167 mil milhões de euros em pagamentos.

De um modo geral, o Conselho adota uma abordagem prudente. O Conselho salienta a importância de o orçamento para 2024 continuar a demonstrar a solidariedade da União para com o povo da Ucrânia e responder às crises. O Conselho recorda ainda o princípio de solidariedade e sublinha que uma utilização eficaz do orçamento da UE reforçará a credibilidade da UE junto dos cidadãos europeus. O Conselho apela igualmente a que sejam tomadas medidas comuns para conter as despesas administrativas que aumentaram para além do inicialmente previsto devido à inflação e aos preços da energia elevados.



Investigação e inovação científica, ciência

Novas iniciativas para potenciar as carreiras de investigação e reforçar o Espaço Europeu da Investigação

A Comissão [apresentou](#) um conjunto abrangente de medidas destinado a reforçar o [Espaço Europeu da Investigação](#) (EEI) e a torná-lo mais resiliente, atrativo e competitivo. Estas medidas contribuirão para uma ação prioritária da [Agenda Estratégica do EEI para 2022-2024](#), nomeadamente a promoção de carreiras de investigação atrativas e sustentáveis.

Ao apoiar oportunidades de trabalho estáveis e bem remuneradas, estas iniciativas proporcionarão benefícios substanciais a 2 milhões de investigadores em toda a Europa. Incentivarão, em particular, investigadores em início de carreira e outros talentos europeus no domínio da investigação a permanecerem na Europa, ao mesmo tempo que procurarão dar resposta aos problemas de precariedade das suas carreiras. Simultaneamente, serão envidados esforços para posicionar a Europa como um destino aliciante para os talentos internacionais, reforçando ainda mais a sua atratividade na cena mundial.

O conjunto de medidas inclui: uma proposta de recomendação do Conselho que estabelece um novo Quadro Europeu das Carreiras de Investigação; uma nova Carta do Investigador, que substitui a Carta e o Código do Investigador de 2005 com princípios novos e revistos; e, o Quadro Europeu de Competências para os Investigadores (ResearchComp), destinado a apoiar a mobilidade intersectorial dos investigadores.

Com o seu apoio aos talentos no domínio da investigação, a Comissão pretende reforçar todo o sistema de investigação e inovação na Europa. Aumentando a atratividade e a eficácia das carreiras de investigação, criam-se as bases para a realização de investigação

pioneira e o desenvolvimento de tecnologias de ponta, o que, por sua vez, assegurará a competitividade da Europa em setores vitais, como a saúde, a defesa, as tecnologias digitais e as tecnologias ecológicas.

UE e Nova Zelândia assinam acordo sobre a participação da Nova Zelândia em programas europeus como o Horizonte Europa

A União Europeia e a Nova Zelândia [assinaram](#) um acordo sobre a participação da Nova Zelândia em programas da UE. O acordo cria um quadro jurídico de longa duração que estabelece os termos e condições da participação da Nova Zelândia em programas europeus, incluindo a participação nas estruturas de governação e a contribuição financeira. O acordo abre a porta à participação da Nova Zelândia no Programa-Quadro de Investigação e Inovação Horizonte Europa (2021-2027).

A Nova Zelândia e a UE cooperarão em projetos de investigação relacionados com as alterações climáticas e a neutralidade carbónica, mas também noutros domínios, como os megadados, a agricultura de precisão, a energia sustentável, a investigação em sismologia e a inovação industrial. Espera-se que o acordo impulse a cooperação bilateral em matéria de investigação e inovação. A UE é o parceiro regional mais importante da Nova Zelândia em ciência e inovação, com mais de metade dos investigadores neozelandeses a participar regularmente em colaborações ativas com parceiros da UE. Na Nova Zelândia, cerca de 4 000 empresas realizam atividades de investigação e desenvolvimento, estando muitas mais empresas envolvidas na inovação. A Nova Zelândia tem 8 universidades, 7 institutos de investigação da Coroa e vários organismos de investigação independentes.

Fundo de Inovação: UE investe 3,6 mil milhões de euros das receitas do comércio de licenças de emissão em projetos inovadores de tecnologias limpas

A Comissão Europeia atribuiu mais de 3,6 mil milhões de euros a 41 projetos de grande escala no domínio das tecnologias limpas, que serão financiados através do Fundo de Inovação da UE. Centrados no plano *REPowerEU* e na eliminação progressiva das importações europeias de combustíveis fósseis russos, estes projetos abrangem uma vasta gama de indústrias, como o cimento, o aço, os biocombustíveis avançados, os combustíveis sustentáveis para a aviação, a energia eólica e solar e o hidrogénio renovável e seus derivados. O financiamento contribuirá para a ecologização de setores significativos da economia europeia, em particular aqueles que são difíceis de descarbonizar.

Os projetos selecionados estão localizados em 15 Estados-Membros da UE: Áustria, Bélgica, Croácia, Chéquia, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Países Baixos, Portugal, Espanha e Suécia, bem como na Noruega. Todos os projetos apoiados entrarão em funcionamento antes de 2030 e têm o potencial de evitar 221 milhões de toneladas de emissões de CO2 nos seus primeiros 10 anos de funcionamento.

Os 41 projetos foram selecionados na sequência do terceiro convite à apresentação de projetos de grande escala, abrangendo quatro tópicos: descarbonização "geral"; "eletrificação da indústria e hidrogénio"; "fabrico de tecnologias limpas"; e "projetos-piloto de média dimensão". Para mais informações, consultar o [comunicado de imprensa em linha](#).



Juventude

Melhorar a qualidade dos estágios: Comissão lança uma primeira fase de consulta junto dos parceiros sociais

A Comissão Europeia [lançou](#), até meados de setembro, a primeira fase da consulta aos parceiros sociais europeus sobre o reforço do quadro de qualidade da UE para os estágios. O quadro atual estabelece 21 princípios de qualidade para os estágios, que os Estados-Membros são convidados a pôr em prática para garantir uma aprendizagem de qualidade e condições de trabalho adequadas. Estes princípios incluem a celebração de convenções de estágio escritas, objetivos de aprendizagem claros e informações transparentes sobre a remuneração e a proteção social.

Esta consulta, que decorre durante o Ano Europeu das Competências, tem por objetivo recolher os pontos de vista das organizações sindicais e patronais europeias sobre a melhor forma de proporcionar aos jovens experiências de estágio valiosas e em condições justas, através de uma futura revisão do quadro de qualidade da UE para os estágios. A consulta define possíveis áreas de ação da UE, incluindo o âmbito de aplicação, a luta contra a utilização abusiva dos estágios, a remuneração justa e o acesso dos estagiários à proteção social.

De acordo com um recente inquérito Eurobarómetro, a maioria dos jovens europeus (76%) aprendeu algo profissionalmente útil durante o seu estágio e 68% encontrou um emprego após um estágio. Além disso, na sua recente avaliação do quadro de qualidade da UE para os estágios, a Comissão concluiu que o quadro da UE está a ajudar os Estados-Membros a garantir que os jovens tenham uma experiência profissional valiosa. A avaliação sublinhou o impacto positivo do quadro, nomeadamente nos países com sistemas de estágios menos desenvolvidos. No entanto, a avaliação revelou que é possível melhorar a aplicação, o controlo e o cumprimento dos princípios de qualidade do quadro. O comunicado de imprensa está disponível em linha.



Mar e Pescas

Novas regras para estações de carregamento e combustíveis marítimos ecológicos

Os eurodeputados [adotaram](#) novas regras para combustíveis marítimos menos poluentes. Durante as negociações com o Conselho, asseguraram que os navios terão de reduzir gradualmente as emissões de gases com efeito de estufa (GEE), reduzindo a quantidade de GEE na energia que consomem (abaixo do nível de 2020) em 2 % a partir de 2025 até 80 % a partir de 2050. Tal aplicar-se-á aos navios de arqueação bruta superior a 5 mil toneladas, que são, em princípio, responsáveis por 90 % das emissões de CO₂, e a toda a energia utilizada a bordo ou entre portos da UE, bem como a 50 % da energia utilizada nas viagens em que o porto de partida ou de chegada se situe fora da União ou em regiões ultraperiféricas da UE.

A fim de reduzir significativamente a poluição atmosférica nos portos, os navios porta-contentores e os navios de passageiros serão obrigados a utilizar a alimentação elétrica em terra para todas as necessidades de eletricidade quando atracados no cais dos principais portos da UE a partir de 2030. Graças aos eurodeputados, as novas regras também definem o objetivo de 2 % de utilização de combustíveis renováveis a partir de 2034, se a Comissão comunicar que, em 2031, os combustíveis renováveis de origem não biológica representam menos de 1 % da matriz energética.



Mobilidade

Novas regras para estações de carregamento

Os eurodeputados [aprovaram](#) novas regras para mais estações de abastecimento de combustíveis alternativos para automóveis e camiões mais fáceis de utilizar e combustíveis marítimos mais limpos. As novas regras fazem parte do pacote «[Objetivo 55 em 2030](#)», o plano da UE para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 55 % até 2030, em comparação com os níveis de 1990, e visam descarbonizar os transportes.

Os eurodeputados negociaram com êxito a instalação de estações de carregamento elétrico para automóveis com uma potência mínima de 400 kW, pelo menos, a cada 60 km ao longo da [rede principal da RTE-T](#) até 2026, aumentando a potência da rede para 600 kW até 2028. Para os camiões e autocarros, as estações de carregamento têm de ser disponibilizadas a cada 120 km. Estas estações devem ser instaladas em metade das [principais estradas da UE](#) até 2028 e com uma potência de 1400 kW a 2800 kW, dependendo da estrada. Os Estados-Membros têm de assegurar que a instalação de estações de abastecimento de hidrogénio ao longo da rede principal da RTE-T, pelo menos, a cada 200 km até 2031.

Os utilizadores de veículos movidos a combustíveis alternativos deverão poder pagar facilmente nos pontos de carregamento (com cartões de pagamento ou dispositivos sem contacto e sem necessidade de subscrição), ao passo que o preço destes «combustíveis» terá de ser exibido por kWh, quilograma ou por minuto/sessão. Os eurodeputados garantiram que a Comissão Europeia criará uma «base de dados» sobre os combustíveis alternativos até 2027, para informar os consumidores europeus sobre a disponibilidade, os tempos de espera ou o preço em diferentes estações.



Regiões Ultraperiféricas

“Revisão da Política de Transformação da Produção: A internacionalização dos Açores”, estudo da OCDE

A OCDE publicou um estudo sobre a internacionalização da economia açoriana: " [Revisão da Política de Transformação da Produção \(PTPR\): A internacionalização dos Açores](#)". O estudo é um dos principais resultados do projeto "Transformar as economias das Regiões Ultraperiféricas da UE e da OCDE: promover a aprendizagem e tirar o máximo partido das interligações". O relatório foi produzido e publicado com a contribuição financeira da Comissão Europeia, mais concretamente da Direção-Geral da Política Regional e Urbana (DG REGIO).

É referido, por exemplo, que a pesca artesanal e sustentável aponta para uma ênfase na qualidade em detrimento da quantidade. Localizados num ponto de passagem privilegiado na rota migratória de muitos animais marinhos, e devido à temperatura das águas e às origens vulcânicas, os Açores apresentam condições ideais para a reprodução das espécies piscícolas. As atividades de pesca nos Açores são dominadas por embarcações de pequena dimensão - menos de nove metros de comprimento - que utilizam métodos artesanais e tradicionais.

Estes representam 65% do total das embarcações e desenvolvem a sua atividade principalmente na zona costeira, dada a estreita faixa de águas pouco profundas em torno das ilhas. Tendo em conta a dimensão limitada do mercado, apenas 15% do peixe fresco é consumido localmente, enquanto o restante é exportado para Portugal continental ou países terceiros. Apenas 4% é destinado à transformação local, principalmente atum enlatado. Com uma média de 8 000 toneladas capturadas, com elevados níveis de variabilidade e um valor de 31 milhões de euros entre 2015 e 2020 (Figura 2.5), a pesca açoriana representa 8% da produção nacional e contribui para 14% do valor total (SREA, 2022).

COVID-19: Parlamento adota roteiro para melhor gerir futuras crises sanitárias

Os eurodeputados [pretendem](#) reforçar a União Europeia da Saúde e a resiliência dos sistemas de saúde nacionais para desafios futuros. Ao longo do último ano, a Comissão Especial do Parlamento Europeu sobre a Pandemia de COVID-19 (COVI) analisou o impacto da crise, avaliou a eficácia das medidas nacionais e da UE e [formulou recomendações específicas](#) para colmatar lacunas e insuficiências nas suas ações. O [Parlamento debateu o relatório](#) na terça-feira e aprovou-o na quarta-feira, com 385 votos a favor, 193 votos contra e 63 abstenções.

Os deputados definiram um roteiro assente em quatro domínios principais: saúde; democracia e direitos fundamentais; aspetos sociais e económicos e a resposta mundial à pandemia. As principais propostas incluem o reforço da autonomia estratégica da UE para os medicamentos, a transparência das atividades de contratação pública conjunta e o reforço da supervisão parlamentar da legislação de emergência, tanto a nível da UE como a nível nacional. Os eurodeputados também exigem que a UE maximize a utilização do [Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#) para reforçar o mercado único e querem uma melhor coordenação mundial com o futuro [tratado internacional sobre pandemias](#). As recomendações pormenorizadas estão disponíveis [aqui](#).

União Europeia da Saúde: HERA Invest disponibiliza 100 milhões de euros para soluções inovadoras contra ameaças para a saúde

A Comissão Europeia e o Banco Europeu de Investimento [anunciaram](#) a criação do HERA Invest, uma garantia de 100 milhões de euros para complementar o programa [InvestEU](#), com vista a apoiar a investigação e o desenvolvimento (I&D) no domínio das [ameaças transfronteiriças mais prementes para a saúde](#), financiado pelo programa [UE pela Saúde](#). Atualmente, as empresas europeias têm dificuldade em aceder a financiamento público e privado suficiente para o desenvolvimento e a expansão de soluções de ponta no domínio da saúde e das ciências da vida. A inovação é necessária para responder a ameaças prioritárias para a saúde, tais como os agentes patogénicos com elevado potencial pandémico ou a resistência aos antibióticos.

No âmbito do HERA Invest, o Banco Europeu de Investimento (BEI) concederá empréstimos de risco, cobrindo um máximo de 50 % dos custos totais do projeto. Existe um processo contínuo de apresentação de candidaturas. O BEI avalia se uma operação é elegível com base em [critérios definidos](#) e na viabilidade comercial e científica do projeto. As empresas interessadas podem encontrar mais informações [aqui](#) e entrar em contacto com o BEI diretamente ou através da [HERA](#).



Cimeira UE-Japão

O presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen e o primeiro-ministro do Japão, Kishida Fumio reuniram-se em Bruxelas no dia 13 de julho de 2023 para a 29ª Cimeira entre a União Europeia e o Japão tendo emitido uma declaração conjunta, que poderá consultar na íntegra [aqui](#).

Conselho adota assistência de 100 milhões de euros à Macedónia do Norte

A UE [prestará](#) assistência macrofinanceira no valor de 100 milhões de euros à Macedónia do Norte. A assistência contribuirá para apoiar a estabilização económica e o importante programa de reformas da Macedónia do Norte. A totalidade do montante da assistência é concedido sob a forma de empréstimos. A assistência contribuirá para reforçar a resiliência da Macedónia do Norte num contexto económico difícil. A economia da Macedónia do Norte tem sido afetada significativamente pela recessão causada pela pandemia de COVID-19 e pela recente crise energética, impulsionada pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e pela elevada dependência da Macedónia do Norte das importações de combustível e eletricidade. Estas circunstâncias contribuíram para o considerável défice de financiamento do país.

A assistência macrofinanceira acompanha um programa de apoio de 24 meses celebrado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), no montante máximo de 530 milhões de euros, que contribuirá para cobrir as necessidades de financiamento da Macedónia do Norte em 2023 e 2024, tal como identificadas no programa do Fundo Monetário Internacional (FMI). A assistência macrofinanceira será disponibilizada em duas parcelas iguais. Como condição prévia para a concessão da assistência macrofinanceira da União, a Macedónia do Norte deve respeitar os mecanismos democráticos efetivos, nomeadamente um sistema parlamentar pluripartidário e o Estado de direito, e assegurar o respeito pelos direitos humanos. A Comissão chegará a acordo com as autoridades da Macedónia do Norte no que respeita às condições financeiras e de política económica claramente definidas, centradas em reformas estruturais e na solidez das finanças públicas, a que a assistência macrofinanceira estará sujeita.

Síria: UE prorroga isenção por motivos humanitários por mais seis meses

Em 23 de fevereiro de 2023, o Conselho [acrescentou](#) ao regime de sanções uma isenção por motivos humanitários tendo em conta a situação na Síria, a fim de facilitar a rápida prestação de ajuda humanitária, na sequência do terramoto devastador que atingiu a Turquia e a Síria. A fim de continuar a responder atempadamente à urgência da crise humanitária na Síria e de continuar a facilitar a

rápida prestação de ajuda, o Conselho decidiu prorrogar a duração desta isenção por motivos humanitários por mais seis meses, até 24 de fevereiro de 2024.

A isenção do congelamento de bens e da proibição conexa de disponibilizar fundos e recursos económicos às pessoas e entidades incluídas na lista visa facilitar ainda mais as operações de organizações internacionais e de certas categorias definidas de intervenientes envolvidos em atividades humanitárias na Síria. As sanções da UE em vigor desde 2011 relativamente à Síria visam o regime repressivo de Bashar Al-Assad e os seus apoiantes, bem como os setores da economia dos quais o regime retirava lucros. As sanções não impedem a exportação de alimentos, medicamentos ou equipamento médico para a Síria.

O Conselho continua profundamente preocupado com a situação na Síria, onde o conflito está longe de ter acabado e continua a ser fonte de sofrimento para a população civil e de instabilidade para o país e para a região. A União Europeia e os seus Estados-Membros são os principais doadores de ajuda humanitária às pessoas afetadas pelo conflito na Síria e já mobilizaram mais de 30 mil milhões de euros em ajuda humanitária, ao desenvolvimento, à economia e à estabilização desde o início da crise, em 2011. Este montante inclui mais de 3,7 mil milhões de euros de ajuda humanitária para os sírios e para as comunidades de acolhimento vulneráveis na Síria e na região.



Tecnologia, informática e comunicações

Semicondutores: Parlamento adota legislação para impulsionar indústria de circuitos integrados da UE

Os planos para reforçar o fornecimento de semicondutores e apostar na inovação, bem como medidas de emergência contra a escassez, foram adotados pelo Parlamento esta terça-feira. A nova legislação, já negociada entre o Parlamento e o Conselho, [visa](#) criar um ambiente favorável aos investimentos em circuitos integrados na Europa. Pretende garantir o rápido acompanhamento dos procedimentos de licenciamento e do reconhecimento da sua importância crítica, através de um «estatuto de maior importância nacional». As pequenas e médias empresas beneficiarão igualmente de um maior apoio, especialmente no domínio da conceção de circuitos integrados, a fim de impulsionar a inovação.

A legislação apoiará projetos que aumentem a segurança do fornecimento da UE, atraindo investimentos e reforçando a capacidade de produção. Durante as conversações com os representantes do Conselho, os eurodeputados garantiram 3,3 mil milhões de euros para a investigação e inovação relacionadas com circuitos integrados. Será criada uma rede de centros de competências para fazer face à escassez de competências da UE e atrair novos talentos para a investigação, conceção e produção.

Rumo à próxima transição tecnológica: Comissão apresenta estratégia da UE para liderar transição para a Web 4.0 e os mundos virtuais

A Comissão Europeia [adotou](#) uma nova estratégia sobre a Web 4.0 e os mundos virtuais a fim de poder estar ao leme da próxima transição tecnológica e garantir que os cidadãos, as empresas e as administrações públicas da UE possam contar com um ambiente digital aberto, seguro, fiável, justo e inclusivo. A Internet está a evoluir a um ritmo extremamente rápido. Após a terceira geração da Internet, atualmente em fase de desenvolvimento, que se caracteriza principalmente pela sua abertura, carácter descentralizado e plena capacitação dos utilizadores, a próxima geração, a Web 4.0 permitirá a integração de objetos e ambientes digitais e reais, bem como uma maior interação entre seres humanos e máquinas.

As perspetivas económicas da UE após 2030, publicadas em março, identificam a digitalização como um dos principais motores de crescimento e a Web 4.0 como uma importante transição tecnológica para um mundo inteligente e imersivo e sem descontinuidades. Estima-se que o valor do mercado mundial de mundos virtuais aumente de 27 mil milhões de euros em 2022 para mais de 800 mil milhões de euros até 2030. Os mundos virtuais terão uma grande influência sobre a forma como as pessoas vivem, criando novas oportunidades, mas também novos riscos. A nova estratégia visa desenvolver uma Web 4.0 e mundos virtuais que reflitam os valores e os princípios da UE e no âmbito dos quais os direitos das pessoas sejam plenamente aplicados e as empresas possam vingar.

A estratégia tem por base o trabalho levado a cabo pela Comissão Europeia sobre mundos virtuais e os resultados de consultas com os cidadãos, o meio académico e as empresas. Entre fevereiro e abril de 2023, a Comissão organizou um Painel de Cidadãos Europeus sobre Mundos Virtuais e convidou 150 cidadãos selecionados de forma aleatória a formular recomendações sobre uma visão, princípios e ações que garantam que, na UE, os mundos virtuais sejam justos e adaptados às pessoas. As suas 23 recomendações serviram de base para as ações específicas propostas na estratégia Web 4.0 e mundos virtuais. Em 14 de setembro de 2022, a Comissão Europeia lançou a coligação industrial realidade virtual e aumentada, que reúne a indústria e os decisores políticos

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para 2023 e 2024.



OPORTUNIDADES DE EMPREGO, TRABALHO OU FORMAÇÃO EM BRUXELAS

Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras.

Legenda: **Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Açores



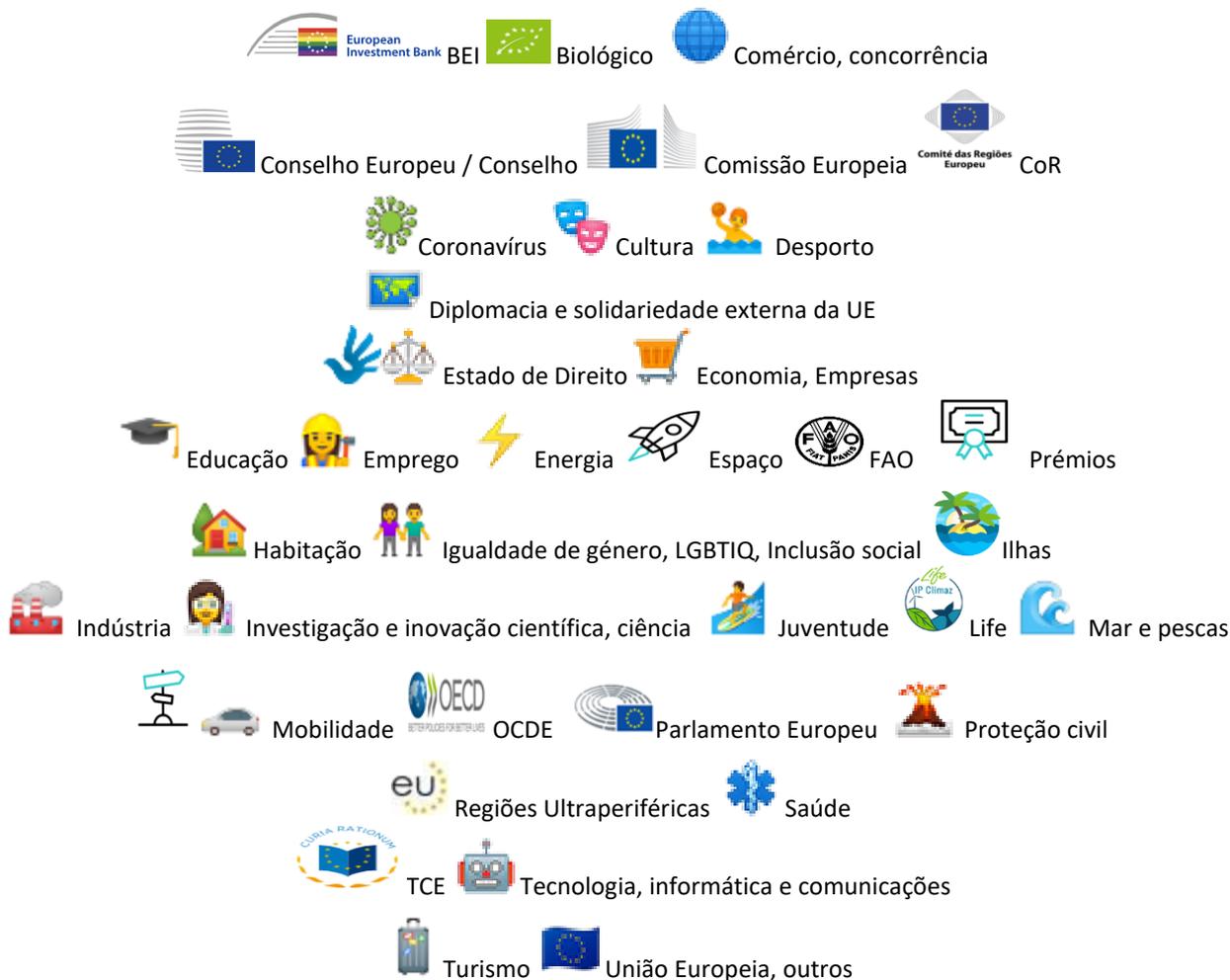
Agricultura



Ambiente



Coesão e solidariedade interna da UE



67509c Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC –

[Política Agrícola Comum da UE](#) | [PE – Parlamento Europeu](#) | [PES – Partido Socialista Europeu](#) | [PME – Pequenas e médias empresas](#) | [PPE – Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | [Q&A – Perguntas e Respostas](#) | [QFP – Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | [RIS – Regional Innovation Scoreboard](#) | [RUP – Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | [S&D – Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | [UE – União Europeia](#) | [TCE – Tribunal de Contas Europeu](#) | [TFUE – Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | [TJUE – Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!